



R RELATÓRIO A ANUAL

2014 - 2015



ÍNDICE

SUMARIO EXECUTIVO	X	
I	ACONTECIMENTOS DE CARÁCTER POLÍTICO E ECONÓMICO OCORRIDOS NA REGIÃO DA SADC EM 2014-2015 E PREVISÕES PARA 2015-2016.....	1
A.	DESENVOLVIMENTOS POLÍTICOS.....	1
	<i>PREVENÇÃO, GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....</i>	<i>1</i>
	<i>REFORÇO DA DEFESA E SEGURANÇA COLECTIVAS DA REGIÃO.....</i>	<i>1</i>
	<i>CONSOLIDAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NA REGIÃO.....</i>	<i>1</i>
B.	ACONTECIMENTOS DE CARÁCTER ECONÓMICO	2
	<i>PIB REAL.....</i>	<i>2</i>
	<i>INFLAÇÃO.....</i>	<i>4</i>
	<i>POUPANÇA E INVESTIMENTO NACIONAL</i>	<i>4</i>
	<i>SECTOR FISCAL.....</i>	<i>5</i>
	<i>SECTOR EXTERNO</i>	<i>5</i>
	<i>CLIMA DE NEGÓCIOS.....</i>	<i>6</i>
C.	PREVISÕES REGIONAIS PARA 2015/-2016	7
	AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS	7
	<i>PLANO ESTRATÉGICO INDICATIVO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (RISDP)</i>	<i>7</i>
	<i>POLÍTICA DA SADC SOBRE O DESENVOLVIMENTO, PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS</i>	<i>8</i>
III.	IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	8
A.	COMÉRCIO, INDÚSTRIA, FINANÇAS E INVESTIMENTO	10
	<i>DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL</i>	<i>10</i>
	<i>INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS.....</i>	<i>10</i>
	<i>INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS</i>	<i>11</i>
	<i>FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO</i>	<i>11</i>
	<i>QUESTÕES RELACIONADAS COM O INVESTIMENTO E A FISCALIDADE</i>	<i>11</i>
	<i>PROGRAMA DE CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA.....</i>	<i>11</i>
B.	DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS.....	12
	<i>DECLARAÇÃO DA SADC SOBRE INFRA-ESTRUTURAS.....</i>	<i>12</i>
	<i>PROGRESSOS REGISTADOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DIRECTOR DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS REGIONAIS (RIDMP)</i>	<i>12</i>
	<i>SITUAÇÃO DA PROCURA E DA OFERTA DE ENERGIA NA REGIÃO</i>	<i>13</i>
	<i>REGULAÇÃO DO SECTOR ELÉCTRICO.....</i>	<i>14</i>
	<i>ACESSO À ENERGIA E ENERGIAS RENOVÁVEIS.....</i>	<i>14</i>
	<i>COMUNICAÇÕES E TIC.....</i>	<i>15</i>
	<i>NÓS NACIONAIS E REGIONAIS DE COMUTAÇÃO DE INTERNET</i>	<i>16</i>
	<i>QUADRO JURÍDICO HARMONIZADO DA SADC PARA A CIBERSEGURANÇA</i>	<i>16</i>
	<i>PREPARATIVOS DA SADC PARA A CONFERÊNCIA MUNDIAL DE RADIOCOMUNICAÇÕES DE 2015 (WRC-15) ...</i>	<i>16</i>
	<i>TRANSPORTES.....</i>	<i>17</i>
	<i>SECTOR DAS ÁGUAS</i>	<i>18</i>

	METEOROLOGIA.....	20
	TURISMO	20
C.	ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E GESTÃO CONJUNTA DE RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS	21
	<i>POLÍTICA AGRÍCOLA REGIONAL</i>	22
	<i>SITUAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO</i>	22
	<i>ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL</i>	25
	<i>FORNECIMENTO DE FACTORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA</i>	26
	<i>VIGILÂNCIA E CONTROLO TRANSFRONTEIRIÇOS DE DOENÇAS E PRAGAS ANIMAIS E DAS PLANTAS</i>	26
	<i>ESTADO DE PRONTIDÃO PARA CALAMIDADES EM TERMOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR</i>	27
	<i>GESTÃO CONJUNTA DE RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS</i>	27
	<i>AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</i>	28
	<i>CONSERVAÇÃO DE RECURSOS FITOGENÉTICOS</i>	29
D.	PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO DE DIMENSÃO REGIONAL	30
	<i>EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS</i>	30
	<i>EMPREGO E TRABALHO</i>	31
	<i>SAÚDE E FÁRMACOS</i>	33
	<i>VIH E SIDA</i>	34
	<i>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CTI)</i>	36
	<i>PROGRAMA ESPECIAL: ÓRFÃOS, CRIANÇAS E JOVENS VULNERÁVEIS (OCJV)</i>	37
E.	PROGRAMAS TRANSVERSAIS	38
	<i>GÉNERO E DESENVOLVIMENTO</i>	38
	<i>ESTATÍSTICA</i>	40
IV.	IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO INSITUCIONAL: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATAÇÃO DE EMPREITADAS DE OBRAS, FORNECIMENTO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	40
A.	RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO.....	40
B.	CONTRATAÇÃO PÚBLICA	41
C.	RELAÇÕES PÚBLICAS	41
V.	COOPERAÇÃO A NÍVEL CONTINENTAL.....	42
A.	UNIÃO AFRICANA (UA) E NEPAD.....	42
B.	A AGENDA TRIPARTIDA SADC – COMESA – EAC	43
VI.	COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	43
A.	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A UNIÃO EUROPEIA.....	44
B.	DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE A SADC E A UNIÃO EUROPEIA	48
C.	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A ALEMANHA	49
D.	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A RÚSSIA	53
E.	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO MUNDIAL.....	53
F.	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A USAID	55
G.	PLATAFORMA DE DIÁLOGO ENTRE A SADC E OS PCI	55

VII.	GESTÃO DE MUDANÇAS	56
A.	BOA GOVERNAÇÃO.....	56
	<i>SAÚDE ORGANIZACIONAL E GESTÃO DE MUDANÇAS.....</i>	56
	<i>GESTÃO DE RISCOS.....</i>	57
	<i>AUDITORIA.....</i>	57
VIII.	ORÇAMENTO E FINANÇAS	57
C.	CONCLUSÃO	66

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	PIB PER CAPITA DOS ESTADOS-MEMBROS DA SADC (PREÇOS ACTUAIS EM DÓLARES AMERICANOS)	2
FIGURA 2:	INFLAÇÃO MÉDIA NA SADC (POR CENTO)	4
FIGURA 3	POUPANÇA E INVESTIMENTO NACIONAL (PERCENTAGEM DO PIB).....	5
FIGURA 4	CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES DA SADC RELATIVA À FACILIDADE DE FAZER NEGÓCIOS.....	6
FIGURA 5	RESULTADOS PRECONIZADOS E SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO POR PROGRAMAS REFERENTE A 2014/15	10
FIGURA 6	PREVALÊNCIA DO RAQUITISMO EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS	25
FIGURA 7	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL GERAL, DE ABRIL DE 2014 A MARÇO DE 2015.....	65

LISTA DE TABELAS

BALANÇO 1	DE CEREAIS REFERENTE À CAMPANHA DE COMERCIALIZAÇÃO DE 2014/15	23
TABELA 2	TENDÊNCIA DO NÚMERO DE PESSOAS QUE NECESSITAM DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA	24
TABELA 3	PROGRESSOS REGISTRADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS NO QUADRO DO 10º FED	46
TABELA 4	LISTA DE PROJECTOS DA SADC NO VALOR DE 90 MILHÕES DE EUROS	47
TABELA 5	APOIO CONJUNTO PARA AS INFRA-ESTRUTURAS DA EA-SA-IO, AVALIADO EM 600 MILHÕES DE EUROS.....	48
TABELA 6	OUTRAS ÁREAS DE APOIO, AVALIADAS EM 205 MILHÕES DE EUROS.....	48
TABELA 7	COMPROMISSOS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO SADC-ALEMANHA EM 2014 E 2015	51
TABELA 8	NATUREZA DAS RECEITAS DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014/15	60
TABELA 9	ANÁLISE DA DESPESA DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014/15	60
TABELA 10	TAXAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014/15	62

ACRÓNIMOS

AfDB/BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
AFOLU	Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra
AMESD	Monitorização Africana do Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável
ASO	Apagão Analógico
UA/UA	União Africana
BOP/DPO	Documento de Previsão Orçamental
BSE/EBE	Encefalopatia Bovina Espongiforme
CAADP	Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África
CDB/BFC	Banco de Fomento da China
CFLs/LFC	Lâmpadas Fluorescentes Compactas
CFTA/ZCLC	Zona de Comércio Livre Continental
CMT/CMC	Comité de Ministros do Comércio
COMESA	Mercado Comum da África Austral e Oriental
COP	Conferência das Partes
CRASA	Associação dos Reguladores de Comunicações da África Austral
CSC	Centro de Serviços Climáticos
DBSA	Banco de Desenvolvimento da África Austral
DOS	Departamento de Estado
DRC/RDC	República Democrática do Congo
DSM	Gestão do Lado da Procura
DTT/TDT	Televisão Digital Terrestre
EAC	Comunidade da África Oriental
EC/CE	Comissão Europeia
EDF/FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
EEP	Parceria Energética e Ambiental
EMIS	Sistemas de Informação de Gestão da Educação
EPA/APE	Acordo de Parceria Económica
EU/UE	União Europeia

EVD	Doença do Vírus do Ébola
FARA	Fórum de Investigação Agrária em África
FANR	Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
FNSS	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC
FTA/ZCL	Zona de Comércio Livre
GDP/PIB	Produto Interno Bruto
GIS	Sistema de Informação Geográfica
GEO	Grupo sobre a Observação da Terra
IPCH/IHPC	Índices Harmonizados de Preços no Consumidor
HLEG	Grupo de Peritos de Alto Nível
AI/AI	Avaliação Institucional
ICAO	Organização Internacional da Aviação Civil
IC/CI	Comité de Investimento
ICP/CPI	Parceiro de Cooperação Internacional
ICTs/TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
IIASA	Instituto Internacional para Análise de Sistemas Aplicados
INDCs	Intenções de Contribuições Nacionalmente Determinadas
IOC	Comissão do Oceano Índico
IPPF	Fundo de Preparação de Projectos de Infra-estruturas
IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público
ITU/UIT	União Internacional das Telecomunicações
IUU	Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada
JCA	Autoridade Conjunta para a Concorrência
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
LIMS	Sistema de Gestão de Informação sobre Pecuária
MDGs/ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MNOs/ORM	Operadores de Redes Móveis
MoU/MdE	Memorando de Entendimento
MW	Mega Watt

NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NIXPs	Nós Nacionais de Comutação da Internet
NSC	Corredor Norte-Sul
NTBs/BNT	Barreiras Não-Tarifárias
OECD/OCDE	Organização para Cooperação Económica e Desenvolvimento
ODL/EAD	Ensino Aberto e à Distância
OVC/OCV	Órfãos e Crianças Vulneráveis
PAU/UAP	Unidade de Aceleração de Projectos
PPDF	Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC
PPR	Praga de Pequenos Ruminantes
PPRM	Planificação de Políticas e Mobilização de Recursos
RAP/PAR	Política Agrícola Regional
REDD	Redução das Emissões Causadas pelo Desflorestamento e Degradação das Florestas
REIS	Apoio à Integração Económica Regional
RERA	Associação Regional dos Reguladores de Electricidade
RICs	Operadores Regionais de Internet
RIDMP	Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas
RIP/PIR	Programa Indicativo Regional
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional
RLAH	Fazer Roaming como se Fosse uma Chamada Interna
RLAL	Fazer Roaming como se Fosse uma Chamada Local
PRC/CPR	Cooperação Política Regional
RQF/QRQ	Quadro Regional de Qualificações
RSA/RAS	República da África do Sul
RSAP	Plano de Acção Estratégico Regional
RSP	Documento de Estratégia Regional
RVAA	Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional
SACREEE	Centro da SADC para as Energias Renováveis e Eficiência Energética
SACU	UNIÃO ADUANEIRA DA ÁFRICA AUSTRAL
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SAPP	Pool Energético da África Austral
SAPRA	Associação dos Reguladores dos Serviços Postais da África Austral
SASO	Organização de Segurança da Aviação da SADC
SAT	Southern Africa Trust (Fundo Fiduciário da África Austral)
SE4ALL	Iniciativa Energia Sustentável para Todos
SEAC	Conselho Consultivo Eleitoral da SADC
SHAR	Roaming Interno e Além-fronteiras da SADC
SHDSP	Desenvolvimento Social e Humano e Programas Especiais
SIPO	Plano Estratégico Indicativo do Órgão
SIRESS	Sistema Integrado Regional de Pagamentos Electrónicos da SADC
SPGRC	Centro de Recursos Fitogenéticos da SADC
SPME	Planeamento, Monitorização e Avaliação de Estratégias
SPS	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
SQAM	Normalização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia
SRII	Infra-estrutura Regional de Informação da SADC
SSA	África Subsaariana
STI/IST	Infecção Sexualmente Transmitida
STI/CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
STISA	Estratégia sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para África
TAD/DAT	Doenças Animais Transfronteiriças
TB	Tuberculose
TFCA/ACTF	Áreas de Conservação Transfronteiriças
TCP/PCT	Programa de Cooperação Técnica
TICAD	Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África
TNF	Fórum Negocial do Comércio
TTNF	Fórum Negocial do Comércio Tripartido
TTF	Grupo de Trabalho Tripartido
TVET/EFTP	Ensino e Formação Técnico-Profissional
UN/ONU	Organização das Nações Unidas
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNFCCC/CQNUAC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas

UNODC	Gabinete das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USA/EUA	Estados Unidos da América
VAT/IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
WEO	Perspectiva Económica Mundial
ZAMCOM	Comissão Permanente do Curso de Água do Zambeze

SUMARIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta resumidamente os principais acontecimentos ocorridos na área da cooperação e integração regionais na Região da SADC durante o período de 2014/15.

A situação política na SADC permaneceu relativamente estável durante o período em revista, apesar de algumas preocupações políticas e de segurança existentes no Reino do Lesoto e na República Democrática do Congo, respectivamente. A Região prosseguiu a sua cooperação em matéria de defesa e na troca de informações vitais para a tomada de decisões. As instâncias de defesa da Região também continuaram a participar em exercícios militares em tempo de paz.

No período em revista, foram realizadas eleições transparentes, justas e democráticas em seis Estados-Membros, nomeadamente, as Repúblicas de Moçambique, do Botswana, da Namíbia, das Maurícias e da Zâmbia, bem como o Reino do Lesoto.

Em termos de desenvolvimento económico, o crescimento do PIB real na Região rondou os 4,7 por cento em 2014, representando um ligeiro declínio em relação aos 4,9 por cento em 2013. A taxa de inflação na Região situou-se em 5,7 por cento em 2014, baixando de 6,6 por cento em 2013.

No período homólogo, o Secretariado da SADC finalizou o RISDP Revisto para 2015-2020, que contém uma redefinição das prioridades da SADC para a cooperação e integração regionais. Este RISDP Revisto concedeu primazia à industrialização, em conformidade com as decisões da Cimeira, tomadas na sua reunião realizada em Agosto de 2014, em Victoria Falls, Zimbabwe.

As prioridades principais contidas no RISDP Revisto para 2015-2020 são as seguintes: (a) Desenvolvimento Industrial e Integração dos Mercados; (b) Infra-estruturas de apoio à integração regional, incluindo os sectores da energia, transportes, turismo, TIC, meteorologia e águas; (c) Cooperação nas áreas de paz e segurança (como pré-requisito para a concretização da Agenda de Integração Regional); (d) Programas especiais de dimensão regional nas áreas da Educação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, Saúde, VIH e SIDA, Emprego e Trabalho; Segurança Alimentar e Nutricional; Recursos Naturais Transfronteiriços; Estatística; Sector Privado; Igualdade de Género; e Ciência, Tecnologia e Inovação e Investigação e Desenvolvimento.

Em colaboração com os Estados-Membros, o Secretariado desenvolveu a Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC, em cumprimento da decisão da Cimeira de 2014 no sentido de priorizar o Desenvolvimento Industrial através da beneficiação dos recursos naturais e do acréscimo de valor a estes. O foco imediato da SADC incide agora na elaboração de um Plano de Acção detalhado e no estabelecimento de um quadro institucional apropriado para apoiar a implementação da Estratégia.

Em termos de implementação de programas regionais, o Secretariado propusera-se alcançar, no seu Plano Operacional Anual para 2014/15, 299 resultados intermédios, de modo a contribuir para a concretização dos objectivos definidos no RISDP e no SIPO. Destes resultados intermédios, 200 (67 por cento) foram integralmente alcançados, 73 (24 por cento) foram

parcialmente alcançados e 26 (9 por cento) vão ser reprogramados para o próximo exercício financeiro.

Em termos de liberalização do comércio de bens e serviços, oito Estados Membros, nomeadamente, Madagáscar, Maurícias, Moçambique e os Estados-Membros da SACU, concluíram a implementação da redução gradual das tarifas da Categoria C. Onze Estados-Membros apresentaram ofertas iniciais em cinco ou mais sectores de serviços prioritários. Concomitantemente, os Estados-Membros da SADC continuam a participar nas negociações em torno da Zona de Comércio Livre Tripartida, em que se alcançou consenso sobre grande parte do texto do Acordo sobre a ZCLT e vinte Estados-Membros/Parceiros elaboraram ofertas tarifárias.

Na área das Finanças e Investimento, a SADC registou progressos assinaláveis na implementação do Sistema Integrado Regional de Pagamentos Electrónicos da SADC, com um total de nove Estados-Membros actualmente no sistema, e está a aumentar o número de transacções efectuadas através do SIRESS .

No que se refere ao Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos, foram alcançados progressos notáveis, estando em curso a aprovação de alguns projectos e a realização dos trâmites devidos. Os esforços concertados envidados no sentido de aproveitar as oportunidades de investimento no mercado, apresentadas pelo Plano Director para o Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais, estão a começar a produzir resultados.

O Banco Mundial estendeu o seu apoio através de um fundo de 20 milhões de dólares americanos para reforçar a capacidade de gestão de projectos no sector energético, mediante o financiamento da criação de uma Unidade de Aceleração de Projectos no Centro de Coordenação do Pool Energético da África Austral. A UAP, que deverá estar operacional no segundo trimestre de 2015/2016, congregará os projectos da Região susceptíveis de obter funcionamento bancário.

Encontram-se numa fase adiantada os esforços no quadro do RIDMP para acelerar a execução de 3 projectos cruciais para assegurar a interligação de Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia à rede regional. Perspectiva-se que a Região venha a ter reservas suficientes provenientes de uma capacidade de geração instalada depois de 2016, caso todos os projectos entrem em funcionamento de acordo com o plano.

Em termos de comunicação, assiste-se a progressos consideráveis que vêm sendo alcançados pelos Estados-Membros da SADC na consecução das metas fixadas para a Migração para a Televisão Digital Terrestre. Até à data, 96 por cento dos Estados-Membros da SADC criaram Grupos de Trabalho/Comités; 89 por cento formularam uma Política sobre a Migração para TDT; 100 por cento adoptaram um norma para a TDT; e 89 por cento promulgaram regulamentos sobre a TDT.

O programa da SADC para desenvolver os corredores de transporte como meio para facilitar o comércio e a liberação económica prosseguiu no decurso do exercício. Estes incluem o Corredor Trans-Kalahari; o Corredor de Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi; os Corredores Central, da Beira, de Nacala e de Mtwara; Constituição – (Dar es Salaam); e o Corredor de Maputo.

O Secretariado da SADC empreendeu esforços para desenvolver plenamente as Comissão do Curso de Água do Zambeze e a Comissão do Curso de Água do Limpopo. O Secretariado está agora a facilitar a mobilização de recursos para criar o Secretariado da Comissão do Cuvelai.

O lançamento do Programa-piloto do UNIVISA para a ACTF do Kavango-Zambeze, em Novembro de 2014, assinalou um marco significativo rumo à facilitação do turismo em múltiplos países da Região. Os progressos alcançados pela Zâmbia e pelo Zimbabwe assentam no sucesso do regime de concessão de um visto comum estabelecido entre ambos os Estados-Membros durante o acolhimento da Assembleia Geral da OMT em 2013.

No sector da alimentação, agricultura, recursos naturais e ambiente, o Secretariado, em articulação com os Estados Membros, formulou uma Política Agrícola Regional da SADC (PAR), bem como um Plano de Investimento para a operacionalização da Política.

Na área da pecuária, a Região registou um aumento de aproximadamente 4 por cento ao ano nos últimos 5 anos. Contudo, a demanda regional ainda suplanta a oferta e, conseqüentemente, a Região permanece dependente de importações. No tocante à produção agrícola da Região, as avaliações qualitativas, realizadas com base na qualidade da estação chuvosa de 2014/15 e no desenvolvimento das culturas agrícolas, indicaram uma baixa produção agrícola em Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Madagáscar, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. A África do Sul que, por via de regra, produz aproximadamente 40 por cento do milho da Região, anteviu uma redução de 33 por cento na sua produção deste produto. Esta redução, conjugada com as baixas de produção previstas em outros Estados-Membros, poderá, de acordo com as previsões, ter um impacto negativo sobre a situação da segurança alimentar na Região.

No sector do desenvolvimento humano e social, a Região continua a registar progressos significativos no acesso e equidade no ensino primário e, em alguns Estados-Membros, assiste-se igualmente a progressos consideráveis no acesso ao ensino secundário e superior.

Na área da saúde, a Região continua a registar um pesado fardo representado pelas doenças transmissíveis, como o VIH e SIDA, a TB e a Malária, que continuam a ser os maiores contribuintes para a morbidade e mortalidade na SADC. A Região continua a ter os níveis epidémicos de VIH mais severos no mundo, sendo que os nove países mais infectados do mundo são Estados-Membros da SADC. Porém, os Estados-Membros fizeram avanços significativos no combate a estas doenças transmissíveis. Na área do Género e Desenvolvimento, foi monitorizado o progresso alcançado em termos da representatividade da mulher em cargos políticos e de tomada de decisão nos Estados-Membros, especialmente aos níveis do Executivo e do Parlamento.

A fim de combater o tráfico de seres humanos na Região, o Secretariado, em conjunto com o Gabinete das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime, criou uma base de dados regional sobre o tráfico de seres humanos para facilitar a recolha de dados e a sua gestão centralizada. Nunca é de mais realçar a importância da estatística na promoção de uma agenda de integração regional sustentável. Neste particular, o Secretariado, em colaboração com os Institutos Nacionais de Estatística dos Estados-Membros, produziu o Anuário Estatístico da SADC 2013, que fornece dados estatísticos sobre vários aspectos da Região da SADC e dos seus Estados-Membros, individualmente.

A fim de projectar a sua imagem e identidade, o Secretariado finalizou o Manual de Identidade Corporativa da SADC e o Manual de Identidade Institucional da SADC e o Conceito e Modelo do Plano de Comunicação com a Comunicação Social da SADC. O Secretariado continuou também a facilitar o Concurso de Jornalismo e o Concurso de Redacção das Escolas Secundárias da SADC.

O processo consultivo no quadro da programação do 11º FED culminou com a conclusão e com a assinatura de um Programa Indicativo Regional Conjunto das Organizações Regionais da África Austral, da África Oriental e do Oceano Índico, designadamente, COMESA, CAO, IGAD, IOC e SADC. A assinatura teve lugar a 4 de Junho de 2015, em Bruxelas, Bélgica. Os sectores fulcrais definidos no âmbito do 11º FED compreendem: Paz, Segurança e Estabilidade Regional; Integração Económica Regional; e Gestão dos Recursos Naturais Regionais. Ao Programa Indicativo Regional EA-SA-IO do 11º FED foram alocados 1,332 bilhões de euros, dos quais 450 milhões de euros foram atribuídos a um pacote sub-regional. Deste montante, a SADC foi contemplada com 90 milhões de euros.

Na área da cooperação para o desenvolvimento geral e da mobilização de recursos, o Secretariado continuou a manter contactos com os Parceiros de Cooperação Internacionais para facilitar a mobilização de recursos no quadro da implementação de programas e projectos regionais prioritários definidos no RISDP e no SIPO. No sector da boa governação e gestão financeira, o Secretariado continuou a implementar estratégias destinadas a reforçar os controlos internos. A este respeito, o Secretariado lançou-se numa iniciativa de Gestão de Mudanças destinada a assegurar mudanças comportamentais no seio do Secretariado para aumentar a eficiência e eficácia. O processo de gestão de mudanças é um processo em curso e visa essencialmente gerar um impacto positivo nos processos de governação do Secretariado. Durante o ano de referência, o Secretariado elaborou, pela primeira vez, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo a 31 de Março de 2015, em conformidade com as Normas Contabilísticas Internacionais do Sector Público.

Embora o Secretariado tenha registado resultados positivos em diversas áreas, desafios houve que afectaram a implementação do Programa de Acção da SADC durante o período em análise. De entre os desafios constaram inadequações no planeamento, monitorização, avaliação, apresentação de relatórios e gestão de projectos que foram causadas pelo facto de os planos do Secretariado não serem devidamente consentâneos com os objectivos estratégicos e com o quadro orçamental da instituição. Consequentemente, existe um foco limitado centrado nos mandatos nucleares de coordenação e facilitação, bem como na monitorização da agenda de integração regional da SADC. O Secretariado é igualmente afectado por inadequações na gestão dos recursos humanos, o que faz com que estes não estejam devidamente alinhados às necessidades nucleares da organização e haja duplicação e um sistema de gestão do desempenho deficiente.

O Secretariado está a adoptar medidas a diferentes níveis para mitigar estes desafios. Por exemplo, o Secretariado está a implementar medidas para alinhar e simplificar os programas e projectos em conformidade com as prioridades nucleares da organização, bem como para reforçar uma orçamentação baseada no desempenho e uma gestão orientada para resultados e criar um sistema robusto de monitorização e avaliação. Assim, a Política sobre o Desenvolvimento, Planeamento, Monitorização e Avaliação de Estratégias da SADC (SPME) será revista com a finalidade de racionalizar a frequência do planeamento e dos relatórios. O Secretariado está também a rever a sua estrutura orgânica para alinhá-la às disposições do RISDP Revisto para 2015-2020, ao passo que o quadro orçamental decorrente da Decisão do Conselho de 2007, realizado em Lusaka, será revisto para torná-lo mais realista e sensível às prioridades revistas. O Secretariado continuará também a implementar várias políticas e estratégias da SADC, tais como a Estratégia de Mobilização de Recursos da SADC e as Directrizes para a Inclusão de Projectos financiados pelos ICP no Programa de Acção da SADC.

I ACONTECIMENTOS DE CARÁCTER POLÍTICO E ECONÓMICO OCORRIDOS NA REGIÃO DA SADC EM 2014-2015 E PREVISÕES PARA 2015-2016

A. DESENVOLVIMENTOS POLÍTICOS

PREVENÇÃO, GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

1. Durante o período de referência 2014/2015, a situação política vigente na SADC, em geral, permaneceu relativamente estável. Não obstante, assistiu-se à ocorrência de alguns desafios políticos e de segurança no Reino do Lesoto e na República Democrática do Congo (RDC), respectivamente.
2. A fim de restaurar a estabilidade política, o Reino do Lesoto realizou eleições gerais em Fevereiro de 2015, tendo a SADC desdobrado a sua Missão de Observadores. De modo semelhante, a implementação do Acordo-Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a RDC e a Região resultou na estabilização do Leste da RDC. Por outro lado, no quadro da implementação da Declaração de Nairóbi assinada em 12 de Dezembro de 2013, alguns antigos combatentes do M23 estão a participar no Programa de Reintegração e Reassentamento que teve início no país.

REFORÇO DA DEFESA E SEGURANÇA COLECTIVAS DA REGIÃO

3. A Região continuou a cooperar em assuntos de defesa, incluindo a troca de informações vitais para a tomada de decisões. As autoridades de defesa da Região continuaram a participar em exercícios militares em tempo de paz. A República do Botswana acolheu um exercício de assistência humanitária denominado Blue Okavango 2015, em Julho de 2015.
4. No tocante ao aumento da capacidade da Força em Estado de Alerta da SADC, encontram-se em fase adiantada os preparativos para participar no Exercício de Treinamento de Campo para o Reforço de Capacidades da Força em Estado de Alerta da SADC, com o código Amani Africa II (AAII FTX), que terá lugar em Outubro/Novembro de 2015, na República da África do Sul. O FTX tem o patrocínio da União Africana e dos Estados-Membros participantes.

CONSOLIDAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NA REGIÃO

5. Durante o período de 2014-2015, as Repúblicas de Moçambique, do Botswana, da Namíbia, das Maurícias e da Zâmbia, assim como o Reino do Lesoto, realizaram eleições pacíficas, livres e justas em Outubro, Novembro e Dezembro de 2014, e em Janeiro e Fevereiro de 2015, respectivamente. Todos estes processos eleitorais foram declarados como tendo decorrido em conformidade com os Princípios e Directrizes que Regem Eleições Democráticas na SADC. O Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) desempenhou um papel crucial por via da realização de missões de boa vontade antes das eleições, a fim de aferir o nível de preparação e prontidão para a realização de eleições nos referidos Estados-Membros.

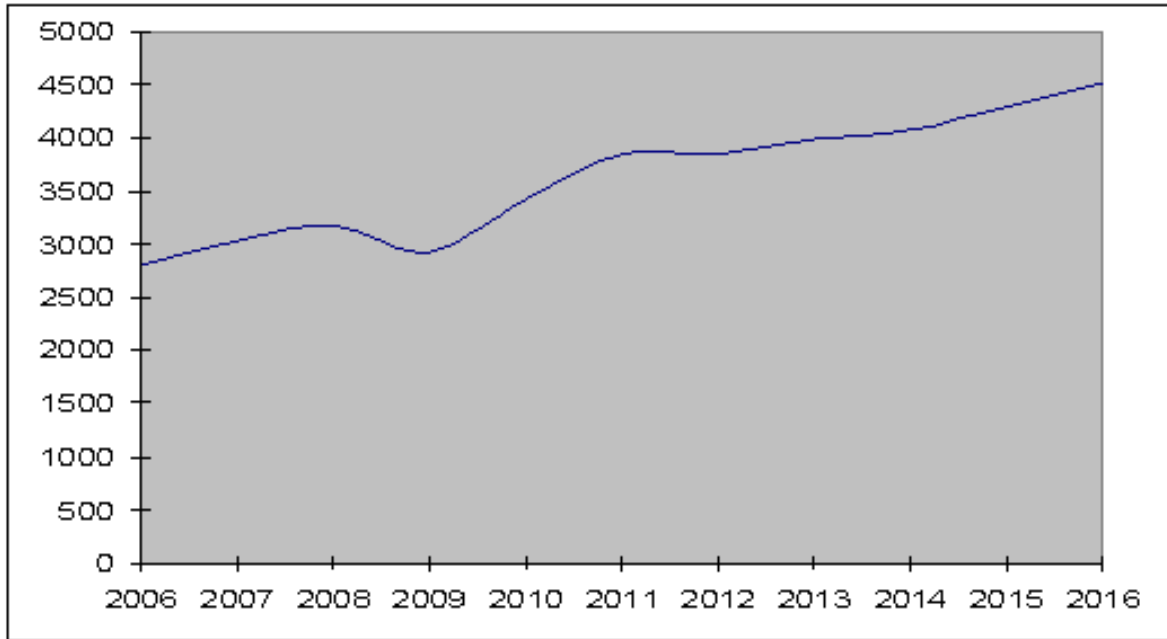
B. ACONTECIMENTOS DE CARÁCTER ECONÓMICO

6. O desempenho económico verificado em 2014 na Região da SADC foi irregular, tendo, no entanto, conhecido uma certa evolução. Se bem que muitos Estados-Membros tenham experimentado um crescimento económico estacionário e uma deterioração do sector externo, com uma redução ou exaustão das reservas cambiais, esse desempenho deveu-se, em grande medida, a factores exógenos, tais como a queda dos preços do petróleo, que escaparam ao controlo dos Estados-Membros.
7. A queda dos preços de produtos de base no mercado internacional também afectou os Estados-Membros exportadores de produtos de base, na medida em que estes registaram uma redução nas suas receitas de exportações. Por seu turno, isto afectou os seus níveis de reservas cambiais, assim como as suas balanças comerciais.
8. A escassez de electricidade na Região da SADC durante o período em análise também afectou negativamente os Estados-Membros, por conta do impacto directo sobre a produção agrícola e industrial. Assim, o desempenho do comércio regional foi negativamente afectado.

PIB REAL

9. Em 2014, o crescimento do PIB real da Região situou-se a uma média de 4,7 por cento, o mais baixo desde 2010. Esta tendência é consentânea com as taxas de crescimento do PIB real da maioria dos Estados-Membros, à excepção da RDC, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, que registaram consistentemente taxas de crescimento do PIB real superiores à meta de 7 por cento.
10. Apesar do crescimento estacionário do PIB, o PIB per capita (nos actuais preços do mercado) da Região da SADC tem vindo a aumentar continuamente. Durante a última década, subiu de USD2.559, em 2005, para USD4.075, em 2014. De modo singular, as Seychelles registaram um PIB per capita quatro vezes superior à média regional, seguidas das Maurícias, que registaram um PIB per capita mais do que o dobro do PIB per capita da Região. Angola, Botswana, Namíbia e África do Sul encontram-se na terceira classe, com o PIB per capita estimado entre USD5.000 e USD8.000. A RDC, Madagáscar, Malawi, Moçambique e Tanzânia encontram-se no fundo da classificação, com um PIB per capita inferior a USD1.000 (Ver Figura 1).

FIGURA 1: PIB PER CAPITA DOS ESTADOS-MEMBROS DA SADC (PREÇOS ACTUAIS EM DÓLARES AMERICANOS)

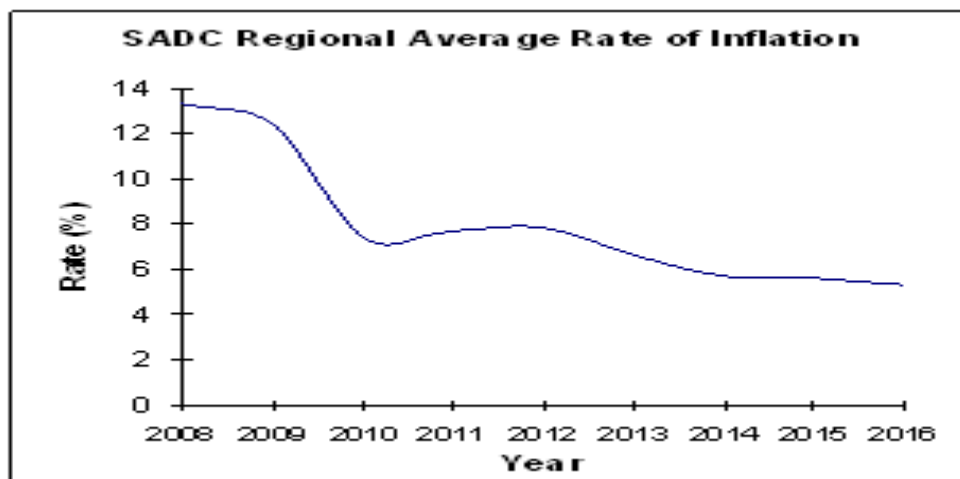


Fonte: Estados-Membros, Março de 2015, e WEO do FMI, Abril de 2015.

INFLAÇÃO

11. Em 2014, a taxa de inflação da Região rondou os 5,7 por cento, face aos 6,6 por cento em 2013, tal como retratado na Figura 2.

FIGURA 2: INFLAÇÃO MÉDIA NA SADC (POR CENTO)



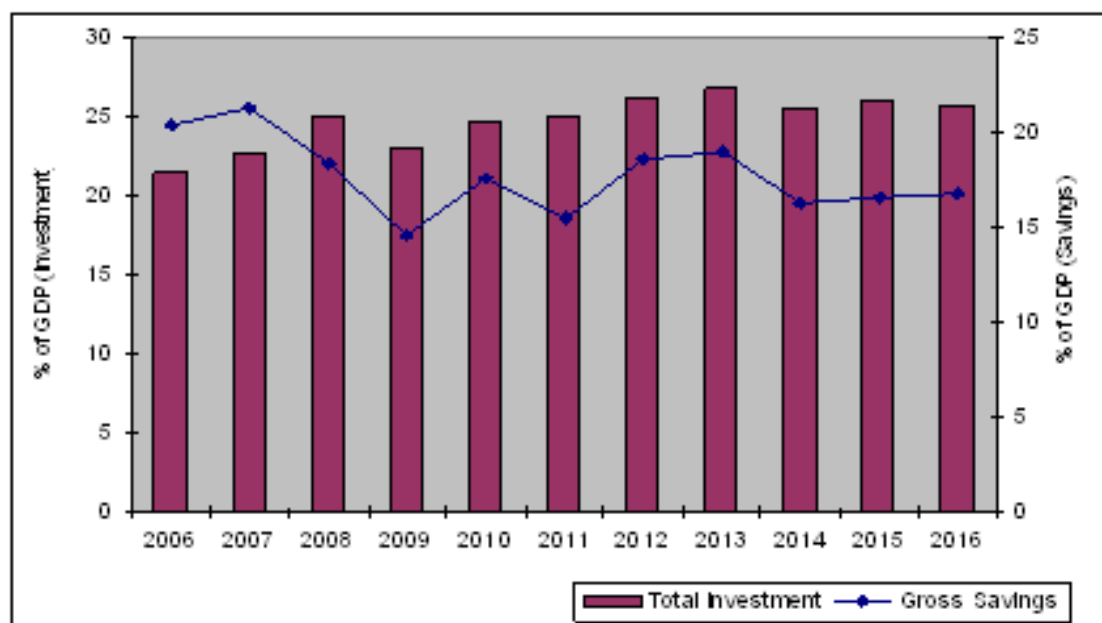
Fonte: Estados-Membros, Março de 2015, e WEO do FMI, Abril de 2015.

12. Todos os Estados-Membros, à excepção do Malawi (23,8 por cento), registaram uma taxa de inflação de um dígito. No total, 11 Estados-Membros, com a excepção de Angola, de Madagáscar, do Malawi e da Zâmbia, tiveram uma taxa de inflação dentro do intervalo da meta de 3 a 7 por cento em 2014. Todavia, o Zimbabwe teve uma taxa de inflação negativa de 0,2 por cento.
13. A desaceleração da inflação é um bom indicador para a Região, visto que os Estados-Membros podem implementar políticas monetárias acomodatórias, incluindo a redução das taxas de juro. Isto, por seu turno, resulta em capitais menos onerosos e em maiores investimentos, despoletando, deste modo, o crescimento económico.

POUPANÇA E INVESTIMENTO NACIONAL

14. Tanto as poupanças nacionais brutas quanto o volume total de investimentos, em termos percentuais em relação ao PIB, conheceram um declínio em 2014. A Região registou um volume total de investimentos na ordem dos 26,6% do PIB em 2014, que baixou de 27,8 por cento do PIB em 2013.
15. No que se refere à poupança, a Região registou uma média de poupança nacional bruta de 17,7 por cento do PIB em 2014. Esta foi inferior a 20,4 por cento do PIB realizada em 2013. Apenas o Botswana, o Lesoto e a Zâmbia alcançaram a meta regional de poupança de 30 por cento do PIB em 2014.
16. Em termos de investimento, Moçambique registou um volume total de investimentos excepcionalmente alto na casa dos 50,1 por cento do PIB em 2014, seguido das Seychelles com 36 por cento do PIB e do Lesoto com 35,6 por cento do PIB. Por outro lado, o volume total de investimentos do Zimbabwe, representou quase metade dos 25,5 por cento do PIB em 2013, situando-se em 13,7 por cento do PIB em 2014. No total, seis (6) Estados-Membros, designadamente, Botswana, Lesoto, Moçambique, Seychelles, Tanzânia e Zâmbia, alcançaram a meta regional de investimentos de 30 por cento do PIB em 2014 (ver Figura 3)

FIGURA 3 POUPANÇA E INVESTIMENTO NACIONAL (PERCENTAGEM DO PIB)



Fonte: Estados-Membros, Março de 2015, e WEO do FMI, Abril de 2015.

SECTOR FISCAL

17. A recuperação desigual da actividade económica mundial e a baixa dos preços de produtos de base no mercado internacional, aliadas a factores singulares em alguns Estados-Membros, tais como desastres naturais, resultaram num baixo desempenho do sector fiscal em 2014. A nível regional, o défice fiscal caiu de 1,8% por cento do PIB em 2013 para uma média de 2,2 por cento do PIB em 2014. O Malawi, Moçambique e a Zâmbia registaram défices fiscais superiores a 5 por cento do PIB em 2014.
18. No que à dívida pública diz respeito, a Região conheceu melhorias em 2014. A dívida pública rondou uma média de 39,8 por cento do PIB em 2014, baixando de uma média de 41,2 por cento em 2013. Porém, assistiu-se a tendências preocupantes em Angola, Lesoto, Malawi, Moçambique e Seychelles. No entanto, para Estados-Membros como Moçambique, o aumento da dívida pública era inevitável para satisfazer as necessidades de investimento do país. Apenas dois Estados-Membros, nomeadamente, Malawi e Seychelles, registaram uma dívida pública acima da meta regional de 60 por cento do PIB em 2014.

SECTOR EXTERNO

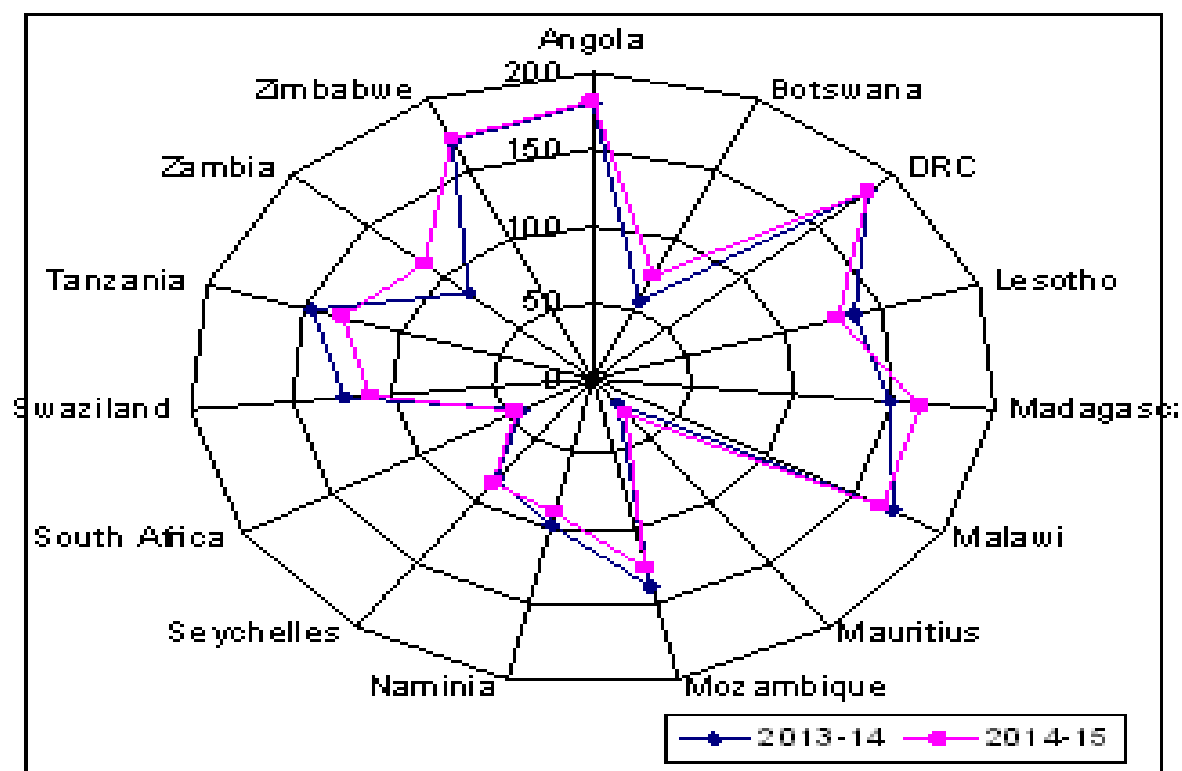
19. O crescimento do volume das exportações abrandou em 2014 devido a uma baixa demanda de produtos de base, uma vez que a economia mundial está ainda a recuperar dos efeitos da crise económica. Do lado das importações, a valorização do Dólar Americano afectou as taxas de câmbio de muitos dos Estados-Membros da SADC, o que, por sua vez, afectou as facturas de importação por via do seu aumento. O volume das

importações aumentou enquanto as exportações conheceram uma redução, a conta corrente externa da Região deteriorou-se, passando de um déficit de 7,7% do PIB, em 2013, para um déficit de 9,4% em 2014.

CLIMA DE NEGÓCIOS

20. Dados extraídos do Relatório "Facilidade de Fazer Negócios", 2015, do Banco Mundial, e do Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial, de 2014-15, dão conta de que a Região da SADC está a realizar progressos na melhoria do clima de negócios e da sua competitividade, em geral.
21. Contudo, o desempenho relativamente à facilidade de fazer negócios aponta para uma previsão incerta, com alguns Estados-Membros mostrando um desempenho excepcional em termos de classificação, enquanto outros estão a baixar de classificação (vide Figura 4) Por um lado, o Lesoto, o Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia e Tanzânia melhoraram as suas classificações, subindo sete ou mais posições em 2014-15.
22. Por outro, o Botswana, Madagáscar, Namíbia e Zâmbia baixaram as suas classificações mais de 10 posições, o que denota uma baixa taxa de implementação das reformas tendentes a aumentar a facilidade de fazer negócios. Todavia, a baixa verificada nas classificações não significa que os Estados-Membros não estejam a introduzir reformas. Antes, foi o ritmo em que tais reformas estão ser introduzidas, comparativamente aos restantes países à escala mundial, que gerou as referidas tendências.

FIGURA 4 CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES DA SADC RELATIVA À FACILIDADE DE FAZER NEGÓCIOS



Fonte: «Facilidade de Fazer Negócios» do Banco Mundial 2014/15

C. PREVISÕES REGIONAIS PARA 2015/-2016

23. É provável que a economia regional da SADC não cresça significativamente em virtude de uma série de factores subjacentes à dinâmica económica mundial. Se bem que os preços internacionais dos produtos primários tenham registado uma tendência descendente nos últimos dois anos, sem que haja uma previsão de retoma económica para 2015/2016, a demanda mundial continuará sombria devido ao abrandamento da economia da China, que é um dos maiores parceiros comerciais de muitos dos Estados-Membros da SADC.
24. É muito provável que a valorização do dólar americano venha a tornar as importações mais onerosas na Região, faça baixar o investimento e o crescimento, e provoque pressões inflacionárias. Também é provável que isso aumente o fardo do serviço da dívida, o que poderá ter um impacto negativo nos balanços dos bancos e de entidades privadas.
25. Prevê-se que o preço do petróleo de Brent continue a baixar em 2015-2016, visto que o fosso entre o crescimento da demanda e o da procura deverá continuar a crescer. No entanto, os exportadores de petróleo serão fortemente afectados e disporão de fundos de reserva limitados, esperando-se que os mesmos efectuem ajustes fiscais significativos, com implicações adversas para o crescimento. Porém, muitos Estados-Membros beneficiarão da baixa dos preços do petróleo, mas esse efeito positivo será parcialmente contrabalançado pelo declínio que se verifica nos preços de outros produtos de exportação. Paralelamente, a contínua crise económica na Zona Euro afectará adversamente as perspectivas de crescimento da Região, devido a uma retracção da demanda de produtos de base.
26. Em termos do aprofundamento da integração económica regional na SADC, o Secretariado centrará o seu foco principalmente na implementação do RISDP Revisto para 2015-2020, estando a ser dada uma atenção especial à implementação da Estratégia e Roteiro para a Industrialização.

AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS

PLANO ESTRATÉGICO INDICATIVO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (RISDP)

27. O Grupo de Trabalho sobre a Revisão do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), criado pelo Conselho, na sua sessão realizada em Agosto de 2013, em Lilongwe, Malawi, para rever as principais recomendações da Análise Bibliográfica do RISDP (2013), prosseguiu o seu trabalho que levou à produção do RISDP Revisto 2015-2020 e do Quadro de Implementação.
28. O RISDP Revisto 2015-2020 contém as prioridades da SADC para a cooperação e integração regionais que tiveram por base as contidas no RISDP inicial e simplificado em 2007. Todavia, as prioridades da SADC foram reorganizadas, tendo sido conferida primazia à industrialização, em conformidade com as decisões da Cimeira. As prioridades contidas no RISDP Revisto 2015-2020 são, por conseguinte, as seguintes: (a) Prioridade «A» - Desenvolvimento Industrial e Integração dos Mercados, incluindo desenvolvimento industrial sustentável, competitividade produtiva e capacidade do lado da oferta, livre circulação de bens e serviços, convergência macroeconómica orientada para a estabilidade; integração dos mercados financeiros e cooperação monetária; investimento intra-regional e investimento directo estrangeiro; e maior integração regional; Prioridade «B» – Infra-estruturas em apoio à integração regional, incluindo energia, transportes, turismo, TIC, meteorologia e águas; Prioridade «C» - Cooperação no domínio da paz e

segurança (como pré-requisito para a materialização da agenda de integração regional; e Prioridade «D» - Programas especiais de dimensão regional no âmbito da educação e desenvolvimento dos recursos humanos; saúde; combate ao VIH e SIDA e a outras doenças de importância para a saúde pública; emprego e trabalho; segurança alimentar e nutricional; recursos naturais transfronteiriços; meio ambiente; estatística; sector privado; igualdade de género; ciência, tecnologia e inovação; e investigação e desenvolvimento.

29. O Quadro de Implementação do RISDP Revisto 2015-2020 possui custos indicativos, que estão classificados como custos indicativos de coordenação do sector público nacional e custos de investimento, sendo que estes enformaram os processos de orçamentação, quer a nível nacional, quer a nível regional, entre 2015 e 2020. Porém, resta ao Secretariado elaborar uma estrutura orgânica abrangente e consolidada que consolidará a capacidade do Secretariado para cumprir com o estipulado no RISDP Revisto aprovado para 2015 -2020.

POLÍTICA DA SADC SOBRE O DESENVOLVIMENTO, PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS

30. Uma Estratégia a Médio Prazo alinhada ao projecto de RISDP revisto foi submetida ao Conselho em Agosto de 2014 e aprovada, em princípio, na pendência da finalização do RISDP. Esta estratégia acaba de ser finalizada em conformidade com o RISDP aprovado para 2015-2020.
31. Recorrendo a um Módulo de Planificação e Orçamentação do Sistema Integrado de Gestão da SADC, foi elaborado o Plano Operacional da SADC para 2015/2016. O Plano seguiu uma abordagem de Gestão Baseada em Resultados, que aumenta a prestação de contas e permite a aferição do desempenho. Foram realizadas acções formativas sobre esta abordagem para todos os oficiais de planificação.
32. Foram elaboradas directrizes passo a passo para a monitorização dos Protocolos da SADC e dos instrumentos jurídicos associados. As directrizes destinam-se a clarificar, simplificar e harmonizar as abordagens aplicadas pelas Direcções e Unidades do Secretariado da SADC, explicando os princípios orientadores, as abordagens, os passos críticos e as questões fundamentais que devem ser consideradas no exercício das funções de monitorização dos Protocolos.
33. As directrizes serão igualmente usadas pelos relevantes organismos estatais e não-estatais dos Estados-Membros envolvidos na monitorização, apresentação de relatórios e divulgação dos progressos alcançados na ratificação, transposição e implementação dos Protocolos da SADC e dos instrumentos jurídicos associados.

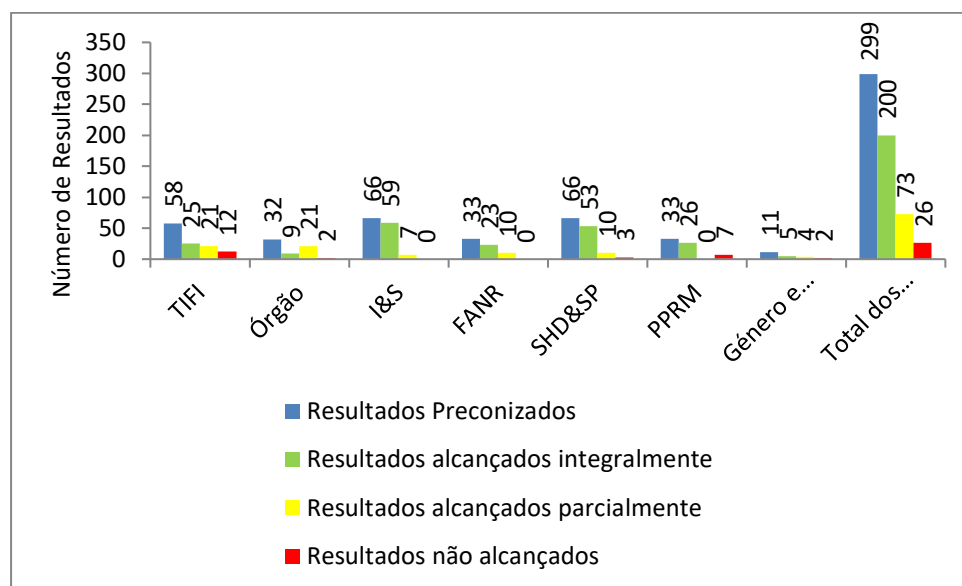
III. IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

34. No seu Plano Operacional Anual para 2014/2015, o Secretariado planeava obter 229 resultados intermédios através de diferentes programas, com vista a contribuir para a concretização dos objectivos do RISDP e do SIPO. Dos 229 resultados intermédios, 220 deles (67 por cento) foram integralmente alcançados, 73 (24 por cento) foram parcialmente alcançados e 26 (9 por cento) não foram alcançados de todo. O resumo da

situação dos resultados esperados é ilustrado na Figura 5 e as realizações são descritas nas secções subsequentes.

35. Note-se que os resultados intermédios que foram parcialmente alcançados, ou não alcançados de todo, e os fundos alocados continuam ainda disponíveis, serão alcançados integralmente no quadro do Plano Operacional de 2015/16.

FIGURA 5 RESULTADOS PRECONIZADOS E SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO POR PROGRAMAS REFERENTE A 2014/15



A. COMÉRCIO, INDÚSTRIA, FINANÇAS E INVESTIMENTO

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

36. Em Agosto de 2014, em Victoria Falls, a Cimeira decidiu que, no RISDP Revisto 2015-2020, a SADC deve priorizar o desenvolvimento industrial por meio da beneficiação e do acréscimo de valor aos recursos naturais. Para tanto, o Secretariado, em colaboração com os Estados-Membros, lançou-se no processo de desenvolvimento da Estratégia e Roteiro para a Industrialização da SADC. Através do apoio de parceiros de desenvolvimento, tais como a UNECA e o Governo Alemão, a Estratégia e Roteiro foram finalizados e aprovados pela Cimeira da SADC na sua sessão extraordinária realizada em Harare, Zimbabwe, em Abril de 2015. Neste momento, o foco imediato da SADC incide na elaboração de um Plano de Acção detalhado e no estabelecimento de um quadro institucional apropriado para apoiar a implementação da Estratégia.

INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS

37. A SADC está a centrar as suas atenções no ambiente comercial da Região, a fim de criar um base sólida para o aprofundamento da integração regional. Tal está a ser efectuado mediante um esforço contínuo para remover as restrições ou barreiras ao comércio e aos mercados financeiros, por forma a facilitar a livre circulação de bens, serviços e capitais através da Região. Em termos de liberalização do comércio de bens e serviços, cerca de 8 Estados-Membros (Madagáscar, Maurícias, Moçambique e SACU) concluíram a implementação da redução gradual da Categoria C, enquanto 11 Estados-Membros apresentaram ofertas iniciais em cinco ou mais sectores prioritários do comércio de serviços.

38. No tocante às negociações em torno da Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT), chegou-se a acordo relativamente à grande parte do texto do Acordo, exceptuando-se o

Preâmbulo, o Artigo 1º (Interpretação) e o Artigo 28º (Resolução de Litígios), sendo que 20 Estados-Membros/Parceiros prepararam ofertas tarifárias. Está em curso o trabalho para resolver outras questões pendentes atinentes à ZCL, incluindo as Regras de Origem. A ZCLT foi formalmente lançada em Junho de 2015, no Cairo, Egipto.

39. A Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) foi lançada na Cimeira da UA em Joanesburgo, África do Sul, em Junho de 2015. A Cimeira, entre outras coisas, apreciou e adoptou a Declaração sobre as Negociações para o Lançamento da ZCLC, bem como o Projecto de Roteiro Indicativo para o estabelecimento da ZCLC.

INTEGRAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS

40. Em termos da integração dos mercados, muitos dos Estados-Membros da SADC liberalizaram as suas contas correntes, num momento em que está em marcha o trabalho para liberalizar as contas de capital. Foram alcançados grandes progressos na implementação do Sistema Integrado Regional de Pagamentos Electrónicos da SADC (SIRESS), com um total de 9 Estados-Membros no sistema. As transacções efectuadas através do sistema SIRESS têm vindo a conhecer um aumento, alcançando a marca de 1 trilião de rands sul-africanos em Abril de 2015. Está em andamento o trabalho ligado à harmonização dos quadros regulamentares para os sistemas de pagamento na Região.

FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

41. Está em marcha o trabalho no sentido da operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC. Está em curso um estudo apoiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para investigar as áreas pendentes do Fundo. Espera-se que os Ministros das Finanças e Investimento da SADC se reúnam em Outubro/Novembro de 2015 para apreciar os resultados e as recomendações do estudo.
42. No que tange ao Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF), registaram-se progressos assinaláveis. Por exemplo, um projecto, nomeadamente a Interligação Moçambique-Zimbabue, foi aprovado e um estudo de viabilidade de financiamento bancário será efectuado com uma subvenção de USD 4 milhões de dólares americanos concedida pelo KfW. Três projectos: Estudo de Pré-viabilidade sobre a Integração das Linhas de Transmissão da Fase 1 do Inga 3; Central Eléctrica de Kudu da Infra-estrutura de Transmissão para a África do Sul e região do SAPP; e Interligação África do Sul-Botswana, os quais estão a seguir os trâmites devidos.

QUESTÕES RELACIONADAS COM O INVESTIMENTO E A FISCALIDADE

43. Quanto às questões relacionadas com o investimento e a fiscalidade, foram registados progressos na formulação da Política-Quadro de Investimento da SADC e na concepção de um mecanismo de monitorização do investimento directo estrangeiro na Região.
44. Os quadros para uma cooperação efectiva em matéria de tributação e questões conexas foram elaborados, incluindo as Directrizes sobre o Valor Acrescentado (IVA) e os Impostos Especiais de Consumo e seus respectivos Comentários. Estes instrumentos serão submetidos à adopção dos Ministros das Finanças e Investimento.

PROGRAMA DE CONVERGÊNCIA MACROECONÓMICA

45. O desempenho relativamente aos indicadores da Convergência Macroeconómica foi irregular, tendo registado, no entanto, uma certa evolução. O desempenho da economia real tem sido insatisfatório, com um crescimento económico estacionário num grande número dos Estados-Membros. O sector externo deteriorou-se com a redução ou exaustão das reservas cambiais. Factores externos que escaparam ao controlo dos Estados-Membros concorreram, sobremaneira, para o actual desempenho, incluindo a queda dos preços de produtos de base; a valorização do dólar; calamidades naturais, destacando-se as cheias.
46. Consequentemente, todos os Estados-Membros, com a excepção de Angola, de Madagáscar, do Malawi e da Zâmbia, tiveram uma taxa de inflação dentro do intervalo da meta de 3 a 7 por cento em 2014. Oito Estados-Membros (com a excepção de Angola, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia) alcançaram a meta regional do défice fiscal inferior a 3% do PIB em 2014, enquanto outros como o Botswana, a República Democrática do Congo, as Seychelles e a Swazilândia registaram excedentes fiscais. A dívida pública, geralmente o indicador com o melhor desempenho, manteve essa proeza em todos os Estados-Membros, excepto o Malawi e as Seychelles, registando uma dívida pública dentro da meta regional de 60% do PIB. Somente a RDC, Moçambique, a Tanzânia e a Zâmbia registaram, de forma consistente, taxas de crescimento do PIB acima da meta regional de 7 por cento.

B. DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS

DECLARAÇÃO DA SADC SOBRE INFRA-ESTRUTURAS

47. A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo assinaram a Declaração sobre o Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais em Agosto de 2014, em Victoria Falls, Zimbabwe. Os objectivos específicos da Declaração são definir metas, valores, princípios, objectivos e resultados políticos, sociais, económicos e técnicos comuns e essenciais que sustentam e definem o Plano Director de Desenvolvimento de Infra-estruturas Regionais (RIDMP). Está em curso um processo para a publicação da Declaração.

PROGRESSOS REGISTADOS NA EXECUÇÃO DO PLANO DIRECTOR DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS REGIONAIS (RIDMP)

48. Os esforços concertados para aproveitar as oportunidades de investimento no mercado, apresentadas pelo RIDMP, empreendidos durante o período em análise estão a começar a produzir resultados. O exercício de 2014/15 e o exercício anterior foram caracterizados por consultas com vários parceiros e agências de financiamento para garantir a preparação de projectos e o financiamento de investimentos. Como resultado, as consultas encontram-se numa fase avançada, com a União Europeia a ponderar sobre o financiamento aos projectos prioritários constantes da lista indicativa no quadro do programa do 11º FED. Além disso, o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA) está a avaliar uma outra lista indicativa de projectos prioritários para financiamento através do PPDF da SADC. Por outro lado, uma outra lista indicativa de projectos potencialmente susceptíveis de atrair financiamento bancário foi recebida com interesse aquando da sua apresentação no Diálogo Público-Privado da Rede DFRC-PPP realizado em Rosebank, África do Sul, em Março de 2015.

49. Os parceiros estão a responder positivamente à demanda de financiamento para a preparação de projectos seja por recurso a mecanismos de financiamento e/ou empenhando-se no reforço de capacidades para a preparação de projectos. O KfW prontificou-se para apoiar a criação de um Fundo Regional para Infra-estruturas Hídricas e Saneamento Básico no valor de 10 milhões de euros, tendo o DBSA sido constituído Gestor desse Fundo. O contrato de agência foi concluído e assinado em Maio de 2014.
50. De igual modo, o Banco Mundial estendeu o seu apoio através de um fundo de 20 milhões de dólares americanos para reforçar a capacidade de gestão de projectos no sector energético, mediante o financiamento da criação de uma Unidade de Aceleração de Projectos (PAU/UAP) no Centro de Coordenação do Pool Energético da África Austral (SAPP) para formular, em tempo útil, projectos susceptíveis de atrair financiamento bancário na Região. Isto inclui o recrutamento de assessores essenciais para o trabalho propriamente dito de preparação de determinados projectos prioritários do SAPP. A UAP deverá estar operacional no segundo trimestre de 2015/2016, com início em Julho de 2015.

SITUAÇÃO DA PROCURA E DA OFERTA DE ENERGIA NA REGIÃO

51. À data de 28 de Fevereiro de 2015, a Região tinha uma capacidade de geração de energia instalada de 58.608 MW e uma capacidade disponível de 52.589 MW face à procura de 48.216 MW, que inclui os períodos de pico, a procura não satisfeita e as reservas. Tal representa um défice de capacidade de geração de 8.247 MW, que inclui um défice de reservas.
52. Em 2014, a Região inaugurou uma capacidade de geração de 1.999 MW a partir das seguintes fontes: Angola (150 MW), África do Sul (1654 MW) e Zâmbia (195 MW), através de projectos de reabilitação e de novos projectos. Cerca de 78 por cento dessa capacidade proveio de Produtores de Energia Independentes e foi gerada essencialmente a partir de fontes de energia renováveis, nomeadamente, tecnologias hidroeléctricas, eólicas e solares, com destaque para a África do Sul.
53. A Região planeia instalar uma capacidade de produção de 2.748 MW em 2015, sendo a maior parte dessa energia produzida na República Democrática do Congo (430 MW), Moçambique (205 MW), África do Sul (1.828 MW), Tanzânia (150 MW) e Zâmbia (135 MW).
54. Mais de 70 por cento da capacidade planeada proviria de centrais eléctricas à base de energias renováveis nos aludidos Estados-Membros, enquanto o diferencial seria gerado a partir de centrais à carvão (Medupi) na África do Sul. Antevê-se ainda que os 780 MW da capacidade de geração planeada provirá de centrais à gás, o que indica uma maior utilização desta fonte de energia na Região.
55. Por outro lado, encontram-se numa fase adiantada os esforços no quadro do RIDMP para acelerar a execução de 3 projectos cruciais para assegurar a interligação de Angola, Malawi e República Unida da Tanzânia à rede regional.
56. Perspectiva-se que a Região venha a ter reservas suficientes provenientes de uma capacidade de geração instalada depois de 2016, caso todos os projectos entrem em funcionamento de acordo com o plano. A margem de geração de reservas atingirá 13,1% em 2017 e 15,9% em 2018, o que ultrapassa a margem de reserva de 15% que constitui a melhor prática. Prevê-se a entrada em funcionamento de novas centrais eléctricas com capacidade para produzir 24.067 MW de electricidade entre 2015 e 2019, dos quais, 3% será proveniente de fontes de energia renováveis (eólica e solar);

57. A Região está a implementar vários programas de Gestão do Lado da Procura, que incluem a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas, a instalação de esquentadores solares de água, a melhoria da iluminação comercial e o controlo da carga para o aquecimento de água. Foram economizados aproximadamente 4.561 MW como resultado das iniciativas de gestão do lado da procura entre 2010 e 2014, sendo a poupança mais significativa (3.461MW) a que resultou do programa de uso de lâmpadas fluorescentes compactas e da melhoria da iluminação comercial (700 MW). Antevê-se que a Região economize 6.000 MW até 2018 se o programa de Gestão do Lado da Procura for implementado de acordo com o planeado. Espera-se que os Estados-Membros prestem o apoio necessário em termos de políticas para a implementação de programas de Gestão do Lado da Procura, incluindo a interdição de lâmpadas incandescentes.

REGULAÇÃO DO SECTOR ELÉCTRICO

58. Foi tomada uma decisão política para transformar a Associação Regional dos Reguladores de Electricidade (RERA) em Agência Regional de Electricidade da África Austral (RERA) Para o efeito, a RERA lançou-se em várias iniciativas, com o apoio dos PCI, visando aumentar a capacidade para dirigir as acções de reforço de um ambiente regulador propício a investimentos para o sector energético da Região. Entre as iniciativas figuram um programa de assistência técnica de dois anos orçado em USD 280.000 provenientes da Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA).
59. O Departamento de Estado Americano através do Bureau de Energia e Recursos (DOS/ENR) também está a apoiar três outras iniciativas regionais, designadamente, Produtores de Energia Independentes e Quadro para os Mercados de Investimento, e publicação das tarifas da RERA e reforço da sua capacidade reguladora regional.

ACESSO À ENERGIA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

60. A Região continua a participar nos processos mundiais da Iniciativa da ONU para Energia Sustentável para Todos (SE4All) cujo objectivo é alcançar o Acesso Universal à Energia até 2030. Tal será concretizado garantindo o acesso universal a serviços modernos de energia, duplicando o ritmo de melhoria da eficiência energética, e duplicando a quota das energias renováveis no cabaz energético mundial. Diversos países estão agora a elaborar planos de acção nacionais, com recurso ao programa de Resposta Africana à Iniciativa SE4All, sob a liderança da NEPAD e da Comissão da União Africana.
61. No quadro da iniciativa SE4ALL, o Secretariado, com a assistência da UNIDO, do Governo Austríaco e da Iniciativa da União Europeia para a Energia, concluiu um estudo de viabilidade sobre a criação de um Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC (SACREEE). O Secretariado da SADC avaliou as propostas dos Estados-Membros para acolher o Centro e a decisão final será tomada pelo Comité de Ministros da Energia da SADC na sua próxima reunião a realizar-se em 2015. O Secretariado também está em vias de finalizar a Estratégia e Plano de Acção da SADC para as Energias Renováveis da SADC.
62. Teve início a implementação da 2ª Fase (2013-2017) do Projecto de Parceria Energética e Ambiental (EEP) que dispõe de um orçamento de 35 milhões de euros para apoiar iniciativas no âmbito da energia renovável e eficiência energética em 13 países da África Austral e Oriental, nove (9) dos quais situados na Região da SADC. Isto surge na sequência

da 1ª Fase que teve início em 2010, com um investimento inicial de 25 milhões de euros. A parceria deixou de se focalizar no desenvolvimento de portefólios para se concentrar na gestão, monitorização e avaliação de subvenções, no apoio ao desenvolvimento de empresas, bem como na gestão de conhecimentos. As áreas de intervenção são, nomeadamente, inovações inclusivas (subvenção que oscila entre os 100.000 e 300.000 euros), que requeiram uma contribuição dos beneficiários na ordem dos 30 por cento); e criação de mercados (subvenções que oscilam entre os 300.000 e 1 milhão de euros, que requeiram uma contribuição dos beneficiários na ordem dos 30 a 90 por cento).

COMUNICAÇÕES E TIC

Roteiro da SADC sobre a Migração para a Radiodifusão Digital

63. Assistiu-se a enormes progressos no alcance, pelos Estados-Membros, dos marcos fixados para a Migração para a Televisão Digital Terrestre (TDT). Até à data, 96 por cento dos Estados-Membros da SADC criaram Grupos de Trabalho/Comités; 89 por cento formularam uma Política sobre a Migração para TDT; 100 por cento adoptaram um norma para a TDT; e 89 por cento promulgaram regulamentos sobre a TDT.
64. Ademais, o grau de implementação situa-se em 59 por cento e o número de campanhas de sensibilização do consumidor está calculado em 46 por cento, o que indica que os Estados-Membros registam atrasos no que concerne a campanhas de sensibilização do consumidor. Assim sendo, foram elaboradas e aprovadas Directrizes sobre a Defesa e Sensibilização do Consumidor para a Migração para a Radiodifusão Digital, as quais começaram a ser implementadas a partir de Junho de 2014.
65. Notando os desafios colocados pela TDT, os Ministros da TIC da SADC, na sua reunião extraordinária realizada em Março de 2014, na África do Sul, adoptaram uma Resolução sobre a Migração para a TDT com a finalidade de implementar plataformas sustentáveis de radiodifusão na Região dentro do prazo de 17 de Junho de 2015 fixado pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) para o Apagão Analógico, a fim de assegurar que os cidadãos da SADC tenham o máximo de benefícios e de oportunidades. Quatro Estados-Membros, designadamente, Malawi, Maurícias, Namíbia e República Unida da Tanzânia, conseguiram cumprir a data-limite estipulada pela UIT para o Apagão Analógico.

Roaming Interno e Além-fronteiras da SADC

68. Os Ministros responsáveis pelas TIC da SADC tomaram uma decisão, em Novembro de 2014, em Mangochi, Malawi, de passar da implementação do Projecto de Roaming Interno e Além-fronteiras da SADC (SHAR), através do princípio de Fazer Roaming como se Fosse Chamada Local (RLAL), para a adopção do princípio de Fazer Roaming como se Fosse uma Chamada Interna, de modo a facilitar a redução das tarifas internacionais de roaming de voz, mensagens e dados dentro da Região. O RLAH implica que os preços que um assinante tem que suportar ao fazer roaming num país estrangeiro são os mesmos ou semelhantes ao preços pagos pelo assinante no país de origem. Vários Operadores de Telefonía Móvel da SADC começaram a oferecer planos de RLAH ou variantes deste.
69. O SHAR está a ser implementado em três fases que resultarão na redução das tarifas internacionais de roaming para preços baseados nos custos, mediante a fixação de limites tarifários a partir do dia 1º de Janeiro de 2015. A 1ª Fase centra-se no programa de acção para a transparência, sensibilização e empoderamento do consumidor. O processo

envolve a recolha de dados e informação para implementar com eficácia a 2ª Fase do Programa.

70. A 2ª Fase visa implementar Tarifas Retalhistas e Grossistas, com efeitos a partir do dia 1º de Janeiro de 2015, mediante a fixação de limites tarifários (tectos) tanto para as tarifas Retalhistas como para as Grossistas cobradas pelo roaming internacional. As actuais tarifas retalhistas do roaming internacional serão reduzidas em três passos quase iguais através da fixação de limites tarifários, seguindo a abordagem adoptada para as tarifas retalhistas para os preços de RLAH durante um período de três anos. As reduções das tarifas grossistas obedecerão ao mesmo regime.
71. A 3ª Fase consiste na introdução gradual de tarifas retalhistas que passarão a vigorar a partir do dia 1º de Janeiro de 2018, reduzindo o preço do RLAH em três passos por meio da fixação de limites tarifários para o roaming internacional com base nos custos durante um período de três anos.
72. Uma vez efectivadas as reduções, será menos oneroso para os consumidores na Região da SADC comunicarem; isso facilitará também o desenvolvimento socioeconómico da Região e contribuirá para o acesso a uma largura de banda financeiramente mais comportável. Esta iniciativa serve de complemento ao programa de infra-estruturas de banda larga que será implementado no quadro do RIDMP.

NÓS NACIONAIS E REGIONAIS DE COMUTAÇÃO DE INTERNET

73. A Região da SADC faz parte da iniciativa do Sistema de Intercâmbio de Informações Baseado na Internet (AXISD) facilitada pela CUA para manter o tráfego local de Internet com destino ao continente através da criação de Nós Nacionais de Comutação de Internet (NIXP), de Nós Regionais de Comutação de Internet (RIXP), e de Operadores Regionais de Internet (RIC) em África. A instalação de NIXP e RIXP são iniciativas de infra-estruturas de TIC que contribuem para a redução dos custos do tráfego de Internet e, por via disso, dos custos de fazer negócios na Região. Muitos dos Estados-Membros da SADC criaram, no mínimo, um NIXP e estão em marcha planos para transformar esses NIXP em RIXP, programa esse que prosseguirá durante o exercício financeiro de 2015/16.

QUADRO JURÍDICO HARMONIZADO DA SADC PARA A CIBERSEGURANÇA

74. Foram realizados progressos significativos na área da melhoria da cibersegurança na Região, uma vez que mais de oito (8) Estados-Membros da SADC transpuseram as três (3) Leis-Modelo Harmonizadas sobre a Cibersegurança da SADC (Lei-Modelo sobre o Comércio Electrónico/Transacções Electrónicas, Lei-Modelo sobre a Protecção de Dados, e a Lei-Modelo sobre a Cibersegurança). Estas Leis estão conformes com a Convenção da União Africana (UA) sobre a Cibersegurança.

PREPARATIVOS DA SADC PARA A CONFERÊNCIA MUNDIAL DE RADIOCOMUNICAÇÕES DE 2015 (WRC-15)

75. A SADC finalizou as suas Posições Comuns Harmonizadas para influenciar as decisões mundiais tomadas nas conferências sobre Frequências de Rádio da UIT e da União Africana das Telecomunicações (UAT), tendo em vista a WRC-15 a realizar-se em Novembro de 2015, em Genebra, Suíça. Importa que as Posições Comuns Harmonizadas da SADC sejam incorporadas nas decisões mundiais, visto que os resultados da WRC-15 afectam a utilização de serviços de TIC na Região.

TRANSPORTES

Aviação/Transportes Aéreos: Criação da Organização de Segurança da Aviação da SADC

76. O Reino da Swazilândia e o Secretariado da SADC assinaram o Memorando de Entendimento e o Acordo-Sede sobre a criação do Secretariado Provisório da Organização para a Segurança da Aviação da SADC (SASO). O Secretariado Provisório da SASO foi instalado em Maio de 2015 em Mbabane, Swazilândia.

Transportes de Superfície: Apólice de Seguro Automóvel contra Terceiros

77. No âmbito dos Regulamentos e Normas Aplicáveis ao Controlo do Excesso de Carga de Viaturas, foram adoptados a Estratégia Tripartida de Gestão da Carga de Viaturas e o Plano de Implementação e actualizado o Projecto de Memorando de Entendimento sobre a Gestão da Carga de Viaturas (VLM).
78. Foi iniciado em Janeiro de 2015 um estudo destinado a definir a arquitectura, o modelo institucional, a política e os quadros jurídico-legal e regulador afins da Plataforma Tripartida de Cadastro e Informação sobre os Transportes (TRIPS), cujo Relatório Inicial já foi validado e um estudo para definir o Plano Regional Tripartido de Localização de Básculas foi lançado em Março de 2015.

Corredores de Desenvolvimento

79. O programa da SADC para desenvolver os corredores de transporte como meio para facilitar o comércio e a liberação económica prosseguiu no decurso do exercício. Tal ocorre no contexto da Estratégia para os Corredores que tem o seu foco em Instrumentos, Instituições e Infra-estruturas.
80. A conclusão dos Instrumentos Jurídicos para vários Corredores em anos anteriores serviu de base para a criação de outros corredores e abriu caminho para o desenvolvimento de infra-estruturas conjuntas. Entre estes instrumentos constam o Memorando de Entendimento sobre o Corredor do Trans-Kalahari (TKC), de Walvis Bay-Ndola-Lubumbashi [WB-N-L] (anteriormente conhecido por Corredor Trans-Caprivi), os Corredores Central, da Beira, de Nacala, e de Mtwara; Constituição – (Dar es Salaam), bem como o Pacto Social e os Estatutos do Corredor de Maputo.
81. De modo idêntico, as Instituições de Gestão dos Corredores encontram-se já plenamente funcionais para os Corredores de Transporte do Trans-Kalahari, de Maputo, de Dar es Salaam e Central e foram criados mecanismos institucionais interinos ou provisórios para os Corredores do Trans-Kunene e de WB-N-L em que o Grupo de Corredores de Walvis Bay vela pela fiscalização e coordenação. Contudo, para além destes instrumentos, o modelo institucional de Maputo está a ser objecto de revisão, com o objectivo de reforçar o papel das instituições do sectores público e incluir formalmente a Swazilândia.
82. Um elemento-chave do programa de infra-estruturas de transporte e de logística do Corredor é a criação de Postos Fronteiriços de Paragem Única, com o objectivo de reduzir os custos de transacção na travessia de fronteiras. A Região adoptou o conceito de “Posto Fronteiriço de Paragem Única” para o melhoramento da eficiência da gestão fronteiriça que inclui o controlo e a gestão conjuntos das actividades transfronteiriças, usando instalações, sistemas e procedimentos harmonizados compartilhados por agentes dos países vizinhos.

Corredor Norte-Sul (NSC)

83. A novidade em relação ao Corredor Norte-Sul é a construção da Ponte sobre o Rio Kazungula, que inclui uma estrada fixa e uma ponte ferroviária, em substituição do ferry, e das instalações do Posto Fronteiriço de Paragem Única, em ambos os lados, para além da facilitação do comércio e do transporte. A construção teve início em 2015 e antevê-se que a sua conclusão leve quatro anos.
84. Por outro lado, vários troços rodoviários do Corredor Norte-Sul estão a passar pela fase de preparação do projecto e de contratação das obras de construção sob a coordenação da Unidade de Preparação e Implementação de Projectos Tripartidos (PPIU).

Corredores do Clusters Ocidental

85. Angola concluiu a reabilitação e modernização de todas as infra-estruturas ferroviárias ao longo dos Corredores do Namibe, do Lobito e de Malange. O projecto também inclui novas linhas para integrar a rede ferroviária a nível interno e interligá-la a todos os países vizinhos. Se bem que o Porto do Lobito e o Caminho de Ferro de Benguela estejam prontos para o tráfego internacional, a circulação do tráfego é dificultada pela necessidade de reabilitar o troço da RDC entre Kolwezi e o posto fronteiriço de Dilolo entre Angola e a RDC.
86. Foi concluído um estudo de viabilidade para o melhoramento e construção de estradas ao longo do Corredor do Lobito (Benguela). As obras de construção estão em curso em ambos os lados do Copper Belt entre a Zâmbia e a RDC, incluindo uma rota alternativa ligando o Noroeste da Zâmbia a Angola.
87. O Botswana e o Zimbábue iniciaram a construção de portos secos em Walvis Bay.
88. O Botswana e a Namíbia estão a realizar um estudo de viabilidade sobre o Caminho-de-ferro do Trans-Kalahari e opções para ligar o Botswana por linha férrea à Namíbia e à África do Sul com base na premissa da transportação das exportações de carvão a partir das minas de carvão do Botswana. Foram assinados instrumentos de governação, tendo sido instalado um escritório para o projecto em Windhoek, Namíbia.

Corredores do Clusters Oriental

89. As obras de beneficiação de infra-estruturas para responder à necessidade de escoar o carvão a partir das minas de carvão do Zambeze (Moatize) incluem a reabilitação da linha férrea do Sena no Corredor da Beira, a construção do troço ferroviário entre as minas de carvão do Zambeze (Moatize) e o porto de Nacala, o desassoreamento e a modernização do Porto da Beira, assim como a modernização e ampliação do Porto de Nacala. Espera-se que a construção da ligação ferroviária seja concluída até finais de 2015.
90. Esta ainda em curso o estudo de viabilidade sobre a construção de uma linha férrea para tráfego pesado a partir da mina de carvão do Botswana no Sul para um novo terminal carbonífero de águas profundas em Ponta Techobanine a Sul de Maputo, passando pelo Zimbábue.
91. A reabilitação, expansão e modernização dos portos de Maputo, da Beira e de Dar-es-Salaam estão em marcha e vários elementos das infra-estruturas e serviços e portuários foram objecto de concessões.

SECTOR DAS ÁGUAS

92. O quarto Plano de Acção Estratégico Regional (RSAP IV) encontra-se em fase de elaboração, recorrendo aos resultados da Revisão Intercalar do RSAP III e à avaliação da

implementação do Protocolo sobre Cursos de Água Compartilhados e a consultas com os Estados-Membros.

Criação de Secretariados das Comissões das Bacias Hidrográficas

93. Foi criada em Harare a Comissão da Bacia do Zambeze (ZAMCOM), com um quadro de pessoal completo e que tem como entidade de acolhimento o Governo do Zimbabwe.
94. O Secretariado Permanente da Comissão da Bacia do Limpopo (LIMCOM) foi oficialmente criado por quatro ministros das Águas, em Julho de 2014, em Maputo, Moçambique. O Secretariado Permanente está sediado em Maputo, Moçambique. O processo de recrutamento do Secretário Executivo da LIMCOM encontra-se agora numa fase adiantada.
95. Angola e a Namíbia assinaram o Acordo para a criação da Comissão do Cuvelai (CUVECOM) para a Bacia Hidrográfica do Cuvelai, estando o Secretariado da SADC agora a facilitar a mobilização de recursos para a criação do Secretariado da CUVECOM.

Projectos Infra-estruturais

96. Foram elaborados Planos de Desenvolvimento Comunitário relativos aos Projectos-Piloto de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (IWRM) no Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Os quatro Estados-Membros homologaram os seus Planos enquanto a Namíbia está presentemente a rever o seu Plano e teve início a construção das infra-estruturas materiais para o abastecimento de água e saneamento, assim como a implementação de projectos-piloto transfronteiriços.
97. O projecto de relatório do Estudo de Pré-viabilidade sobre o Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água Lomahasha/Namaacha foi produzido em Outubro de 2014. O Acordo de Financiamento do Projecto, na casa dos 2,4 milhões de euros, foi assinado entre o KfW e a SADC em 2012 para a implementação do Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento do Cunene entre Angola e a Namíbia. O Acordo de Canalização de Recursos entre a SADC e a Comissão Técnica Conjunta Permanente (PJTC, em representação de Angola e da Namíbia) foi assinado em Abril de 2015, após ter sido aprovado o âmbito do projecto revisto. Foi celebrado o contrato de consultoria começou e o consultor submeteu o Relatório Inicial.

Gestão e Desenvolvimento de Recursos Hídricos Subterrâneos

98. Foi assinada entre a SADC e o Banco Mundial uma subvenção no valor de 10,2 milhões de dólares americanos (Subvenção do Fundo Global para o Ambiente (GEF)) e da Cooperação no domínio das Águas Internacionais em África - (CIWA)), juntamente com os Acordos de Financiamento e Implementação do Projecto (Acordo de Subvenção, Acordo Complementar e Contratos de Execução do Projecto de Gestão de Águas Subterrâneas) para apoiar a Região na gestão e desenvolvimento de recursos hídricos subterrâneos.

Apoio para a Redução dos Riscos de Catástrofes (DRR)

99. Foram concluídos a avaliação de base do estado de prontidão da Região da SADC em matéria de DRR/RRD para a gestão do risco de inundações e o mapeamento das zonas propensas ao perigo/risco de inundações, e o Plano de Implementação das actividades de DRR/RRD para a gestão do risco de inundações em algumas zonas altamente propensas a inundações fluviais, no quadro do Projecto HYCOS da SADC implementado conjuntamente pelos Departamentos de Meteorologia e Recursos Hídricos através do Centro de Serviços Climáticos (CSC).

METEOROLOGIA

100. O sector da Meteorologia continuou a fornecer informações, produtos e serviços climáticos fiáveis para o desenvolvimento socioeconómico através do Fórum do Panorama Climático Regional da África Austral (SARCOF-17&18). Ademais, apoio aos Serviços Meteorológicos Nacionais (SMN) sob a forma de reforço da capacidade dos peritos nacionais em questões climáticas prosseguiu por meio da implementação do Projecto de Apoio Institucional às Instituições Africanas do Clima (ISACIP) e do Projecto Africano de Monitorização do Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (AMESD), precursor do Projecto de Monitorização do Meio Ambiente para a Segurança em África (MESA).

101. Nos termos da ISO 9001 da Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO): três Estados-Membros adicionais, nomeadamente, Angola, Moçambique e Zâmbia, cumpriram com a ISO 90001 sobre Sistemas de Gestão da Qualidade dos Serviços Aeronáuticos, fazendo aumentar o número de Estados-Membros cumpridores para oito, dos quinze existentes.

102. Em conformidade com a decisão dos Ministros da SADC responsáveis pela Meteorologia, e no contexto do RISDP Revisto, o foco incide agora sobre o reforço do Centro de Serviços Climáticos (CSC) da SADC para equipá-lo adequadamente, de modo a que possa prestar serviços climáticos essenciais que contribuam para uma melhor gestão dos riscos de catástrofes na Região, e ajudar a assegurar que os Estados-Membros estejam mais bem preparados para fazer face a calamidades induzidas por fenómenos meteorológicos e climáticos que constituem 90 por cento dos desastres naturais; e para a conservação e protecção dos recursos naturais.

TURISMO

103. A Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC homologou o desenvolvimento e implementação de um visto regional comum, denominado 'UNIVISA', em 1998. O UNIVISA tem por objectivo aliviar os actuais estrangulamentos criados pela necessidade de os turistas que visitam a África Austral requerem vistos separados para cada um dos países, sendo que cada destes países possui o seu próprio regime de concessão de vistos. Os Estados-Membros reconheceram que isto funciona como um factor dissuasor de viagens para múltiplos países da Região.

104. O lançamento do Programa-piloto do UNIVISA para a ACTF do Kavango-Zambeze (KAZA), em Novembro de 2014, assinalou um marco significativo rumo à eliminação desses estrangulamentos. O programa envolve seis Estados-Membros, cinco dos quais envolvidos na ATFC KAZA. A Zâmbia e o Zimbabwe registaram já progressos significativos, enquanto os demais Estados-Membros que estão a participar na fase-piloto ainda têm

que aprender com estes dois países para superarem algumas das dificuldades que estão a encontrar relativamente à implementação do programa. Os progressos alcançados pela Zâmbia e pelo Zimbabwe assentam no sucesso do regime de visto comum estabelecido entre ambos os países durante o acolhimento da Assembleia Geral da OMT em 2013. Subsequentemente, ambos os países implementaram um regime de visto comum, em estreita cooperação com a ATFC KAZA e a RETOSA, com o apoio do Banco Mundial e do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW). Até à data, este projecto-piloto tem sido bem-sucedido; e antevê-se que o visto comum possa vir a ser adoptado em todos os cinco países da ATFC KAZA. Ao eliminar a necessidade de os turistas obterem vistos múltiplos, as viagens transfronteiriças decorrerão sem interrupções e tornar-se-ão mais fáceis e menos onerosas. Isto imprimirá um ímpeto significativo ao turismo na maior ACTF do mundo em benefício da Região da SADC como um todo.

105. As lições colhidas e os sucessos alcançados com estes projectos-piloto servirão de base ao desenvolvimento do Programa integral do UNIVISA para a Região e ajudarão os Estados-Membros a assumir compromissos notáveis para com a sua plena implementação.

106. Ao empreender a iniciativa do UNIVISA, a Região tornar-se-á um destino turístico mais competitivo. É neste lógica que uma conveniência acrescida e custos reduzidos incentivarão um maior número de vistas e estadias mais prolongadas, aumentando, deste modo, o influxo turístico e as receitas. Isto aumentará, sem dúvida, os benefícios económicos do turismo para a Região, países e comunidades locais. Existem constrangimentos significativos em termos de capacidade humana e equipamentos inadequados no cluster das infra-estruturas, o que afecta o exercício do seu mandato. Estes são necessários para a eficiência e eficácia do Sector da Meteorologia.

C. ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E GESTÃO CONJUNTA DE RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS

107. No sector da Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, o Secretariado continuou a focalizar a sua atenção na garantia da segurança alimentar, na redução da pobreza e na promoção do uso sustentável de recursos naturais e do meio ambiente. O sector da agricultura continua a ser crucial e um importante sector socioeconómico para a Região, uma vez que aproximadamente 70 por cento da população depende dele para alimentação, receitas e emprego. O mesmo contribui, em média, com 17 por cento do PIB e com 13 por cento do total das receitas das exportações. O desempenho deste sector tem uma forte influência na segurança alimentar, no crescimento económico e na estabilidade social e económica.

108. Durante a última década, a taxa anual de crescimento agrícola foi superior à taxa de crescimento da população em 0,1 pontos percentuais, situando-se em 2,6 por cento e 2,5 por cento, respectivamente. Em média, de 2003 a 2014, a produção de cereais aumentou em aproximadamente 4 por cento. A produção de arroz, trigo, sorgo e painço permaneceu relativamente constante. A produção pecuária aumentou numa média de 4 por cento ao ano durante os últimos cinco anos. A produção silvícola e pesqueira também registou um crescimento positivo no período homólogo, com aumentos substanciais na aquacultura.

109. Não obstante estes índices positivos de desempenho, a Região permanece ainda uma importadora líquida da maioria dos produtos derivados da agricultura. Os índices de malnutrição e de uma população insegura no plano alimentar permanecem elevados, estando o baixo peso em crianças calculado acima dos 26 por cento em quase todos os países da Região. Os desafios do sector continuam a ser os seguintes:
- (a) Fraca produtividade da mão-de-obra na agricultura de pequena escala que é 30 vezes inferior aos índices registados nos países desenvolvidos, apesar da produtividade da mão-de-obra na agricultura comercial ser comparável aos padrões internacionais;
 - (b) A produtividade da terra registou um mero incremento de 1 por cento ao ano, a partir dos anos 90;
 - (c) A produção de cereais permaneceu entre as 1,5 e as 1,7 toneladas métricas por hectare em média desde o ano 2000. Esta quantidade é inferior à média de 8 toneladas métricas por hectare registada nos países desenvolvidos; e
 - (d) Os recursos florestais declinaram em 0,6 por cento ao ano devido, essencialmente, à desflorestação.

POLÍTICA AGRÍCOLA REGIONAL

110. A fim de harmonizar estratégias nas áreas da alimentação, agricultura, recursos naturais e do ambiente, o Secretariado formulou, em concertação com os Estados-Membros, uma Política Agrícola Regional (PAR) da SADC. Espera-se que Política, que foi homologada pelo Conselho de Ministros da SADC em Agosto de 2014:
- (a) incremente a produção, produtividade e competitividade agrícola sustentáveis;
 - (b) melhore o comércio regional e internacional e o acesso aos mercados de produtos agrícolas;
 - (c) melhore o envolvimento e o investimento dos sectores público e privado nas cadeias de valor agrícolas; e
 - (d) reduza a vulnerabilidade social e económica da população da Região no contexto da segurança alimentar e nutricional e das actuais mudanças económicas, climáticas e do meio ambiente.
111. Com o propósito de operacionalizar a Política, o Secretariado iniciou a elaboração de um Plano de Investimento, que se espera venha a promover investimentos conjuntos ao nível regional para servirem de complemento aos investimentos nacionais, e para estimularem a produção competitiva de produtos agrícolas. Outrossim, antevê-se que a Política venha a promover o comércio de produtos derivados da agricultura, melhorar a segurança alimentar e nutricional das populações que vivem nos Estados-Membros da SADC e assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais disponíveis e a protecção efectiva do meio ambiente.
112. Espera-se ainda que o Plano de Investimento apoie o processo de industrialização da Região, proporcionando opções e estratégias para o processamento, acréscimo de valor e beneficiação de produtos agrícolas.
113. Perspectiva-se que o Plano seja analisado e homologado pelos Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar no final do ano.

SITUAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO

Situação Geral da Segurança Alimentar

114. No geral, as precipitações durante a estação chuvosa de 2014/15 foram fracas. Tal levou, no geral, a uma situação insatisfatória da segurança alimentar na Região referente à campanha de comercialização de 2015/16, com um déficit geral (milho, trigo, arroz, painço e sorgo) de 6,33 milhões de toneladas (Tabela 1) comparativamente a um excedente de 1,21 milhões de toneladas na campanha de comercialização de 2014/15.

BALANÇO 1 DE CEREAIS REFERENTE À CAMPANHA DE COMERCIALIZAÇÃO DE 2014/15

ALL CEREALS BALANCE SHEET

MARKETING YEAR (Vary by Country) 2015/16

Thousands of Metric Tons

	Ang	Bot	Les	Mal	DRC	Moz	Nam	RSA	Swa	Tan	Zam	Zim	SADC
A. Domestic Availability	1806	54	167	3086	1533	2728	92	15646	97	9636	4297	1089	40232
A.1 Opening Stocks	61	31	82	19	0	218	25	3202	3	1150	1411	222	6425
Formal/SGR	52	31	75	0	0	137	25	3202	2	1150	1411	217	6301
On Farm	9	0	8	10	0	81	0	0	0	0	0	0	108
Other	0	0	0	8	0	0	0	0	2	0	0	5	15
A.2 Gross Harvest	1745	22	85	3067	1533	2510	68	12444	94	8486	2746	867	33667
B. Gross Domestic Requirements	2877	441	389	3607	2811	3903	292	15391	188	8258	3038	2276	42970
C. Desired SGR Carryover Stocks	0	85	0	150	0	0	35	1898	20	450	500	455	3593
D. Domestic Shortfall/Surplus	-571	-472	-222	-671	-1278	-1175	-234	-1643	-111	928	759	-1642	-6331

Fonte: Sistemas de Alerta Prévio dos Estados-Membros para a Segurança Alimentar (Não estão disponíveis dados relativos aos demais Estados-Membros)

115. A produção total de mandioca em Angola, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia elevou-se a 48,06 milhões de toneladas em 2015. Embora inferior à produção de 2014, estimada em 44,80 milhões de toneladas, esta continua acima da média quinquenal, indicando a resiliência das colheitas à seca.

116. A produção pecuária aponta para um aumento anual médio de 4% de carne de vaca, de 6% de carne de cabrito e de carneiro, 0,7% de carne de porco, 4% de carne avícola, 2 % de leite e 3% de ovos (Relatório de Avaliação da Vulnerabilidade, 2014). A Região da SADC permanece um importador líquido de grande parte dos produtos de origem animal.

117. No que concerne às pescas, registou-se uma taxa de crescimento anual constante de cerca de 10% na produção piscatória geral na Região, como resultado de aumentos verificados na produção aquícola em alguns Estados-Membros. Resultados preliminares do inquérito da SADC, de 2014, dão conta de uma produção aquícola total de cerca de 56.000 toneladas métricas, avaliadas em USD339 milhões, subindo de 33.000 toneladas métricas, avaliadas em USD200 milhões em 2012 (FAO, 2013). As existências de peixe, tanto no mar quanto em cursos de água interiores, continuam a diminuir devido a desafios que se prendem com a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada e à falta de capacidade para gerir efectivamente as existências de peixe.

Ajuda Alimentar Humanitária e Necessidades Não Alimentares

118. O número de pessoas vulneráveis que requerem tanto assistência humanitária como alimentar durante a campanha de comercialização de 2015/16 subiu de 24,28 milhões este ano, representando um aumento de 13 por cento (Tabela 2)

TABELA 2 TENDÊNCIA DO NÚMERO DE PESSOAS QUE NECESSITAM DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Membro Estado	Campanha de Comercialização					2015/, um diferencial de 16 % em relação a 2014/15
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	
Angola		367.190	700.000			
Botswana			28.936	29.306	30.318	3%
RDC	4.300.000	5.445.000	7.318.639	6.591.535	6.591.535	0
Lesoto	514.000	725.519	223.055	447.760	463.936	4%
Malawi	272.502	1.972.993	1.855.163	1.312.376	2.833.212	116%
Moçambique	245.000	270.000	212.000	150.000	137.784	-8%
Namíbia	243.474	74.711	778.504	117.662	370.316	215%
África do Sul	12.895.000	13.643.775	13.775.320	14.069.662	14.069.662	0
Swazilândia	88.511	115.713	289.920	223.249	200.897	-10%
Tanzânia	1.618.795	1.472.127	1.615.445	213.379	424.136	98%
Zâmbia	74.804	62.842	209.498	351.267	798.948	127%
Zimbabwe	1.390.000	1.668.000	2.206.924	564.599	1.490.024	164%
SADC*	22.787.086	26.768.318	28.426.022	24.281.552	27.410.768	13%

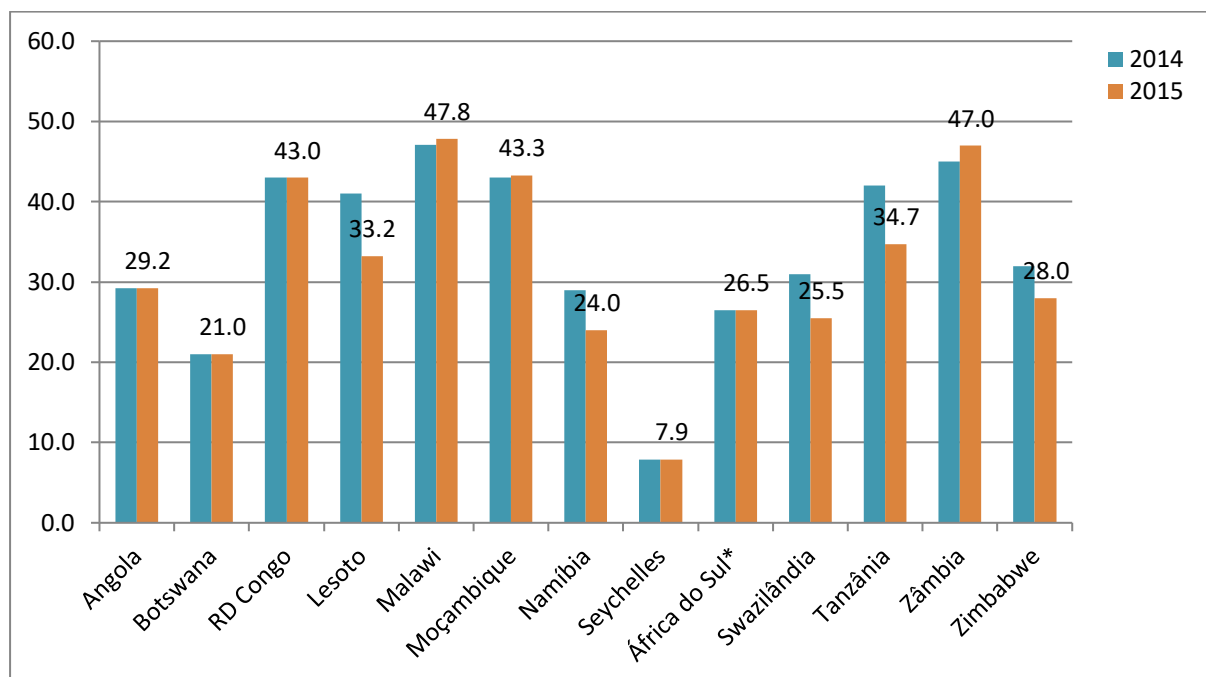
Fonte: Avaliações da vulnerabilidade dos Estados-Membros

*Excluindo Madagáscar, Maurícias e Seychelles – dados não disponíveis.

Situação Nutricional na Região

119. A Região vê-se confrontada com o desafio da desnutrição, com a prevalência do raquitismo em crianças a oscilar entre os 7,9%, nas Seychelles, e um máximo de 47,8% no Malawi. De facto, apenas as Seychelles têm uma taxa abaixo das taxas mundiais aceitáveis inferiores a 20% (Figura 6).

FIGURA 6 PREVALÊNCIA DO RAQUITISMO EM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS



Fonte: Avaliações Nacionais da Vulnerabilidade dos Estados-Membros, 2015 (os dados relativos à África do Sul referem-se a crianças menores de 3 anos)

ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

120. Durante o período em análise, o Secretariado facilitou o desenvolvimento da Estratégia Alimentar e Nutricional Regional (2015-2020). Tal surgiu na sequência de uma directiva emitida pelos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira realizada em Agosto de 2013 em Lilongwe, Malawi, no sentido de os Ministros responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar e os Ministros da Saúde realizarem uma reunião conjunta para discutir e acordar sobre estratégias para aumentar a produção alimentar, o enriquecimento alimentar e a nutrição.
121. A directiva baseou-se nas evidências apresentadas à Cimeira que davam conta que a insegurança alimentar e nutricional na Região continua alta, sendo que, desde 2004, cerca de 15 milhões de pessoas por ano vivem uma insegurança alimentar.
122. A Estratégia Alimentar e Nutricional da SADC (FNSS) foi desenvolvida e homologada pelo Conselho e adoptada pela Cimeira em Agosto de 2014, na sequência da sua aprovação numa Reunião Conjunta dos Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar e Ministros da Saúde em Julho de 2014, no Malawi. O objectivo da Estratégia é o de reduzir de forma significativa a insegurança alimentar e nutricional na Região até 2025. Tal será alcançado mediante:

- (a) a promoção da disponibilidade de alimentos por meio de uma melhor produção, produtividade e competitividade;
- (b) a melhoria do acesso a alimentos adequados e apropriados em termos de qualidade e quantidade;
- (c) a melhoria da utilização de alimentos seguros, diversos, saudáveis e nutritivos para consumo num ambiente social e biológico adequado e com os devidos cuidados de saúde;
- (d) a garantia da disponibilidade, acesso e utilização estáveis e sustentáveis dos alimentos.

123. A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional está a ser executada no quadro do Plano de Investimento da PAR.

FORNECIMENTO DE FACTORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

124. O Secretariado prosseguiu os esforços para operacionalizar o Memorando de Entendimento (MdE) sobre o Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes na Região da SADC. Até à data, 11 Estados-Membros são parte do MdE.
125. Entre as principais conquistas registadas durante o ano transacto citam-se a revisão do projecto de Protocolo sobre a Protecção de Novas Variedades de Plantas, também designado por Direitos dos Melhoradores e Obtentores de Sementes na Região da SADC, e do projecto de Carta que Cria o Centro de Sementes da SADC. Estes instrumentos foram homologados pelos Ministros da Agricultura e apresentados aos Ministros da Justiça/Procuradores-Gerais, para apreciação.
126. Concomitantemente, o Sistema de Lançamento de Variedades da SADC foi lançado a 26 de Novembro de 2014. O lançamento do sistema permite aos melhoradores e obtentores de sementes, incluindo as companhias de sementes e os sistemas nacionais de investigação agrária dos Estados-Membros da SADC, a apresentação de pedidos para que variedades que reúnam os requisitos sejam listadas no Sistema Harmonizado de Regulação de Sementes da SADC.

VIGILÂNCIA E CONTROLO TRANSFRONTEIRIÇOS DE DOENÇAS E PRAGAS ANIMAIS E DAS PLANTAS

Pecuária

127. Uma das maiores barreiras que tem afectado o comércio de gado e de produtos de origem animal provenientes da Região da SADC tem sido o risco de Encefalopatia Bovina Espongiforme (BSE). Durante o período em análise, o Secretariado apresentou propostas à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) no sentido de esta ponderar sobre a certificação da SADC como uma zona livre de Encefalopatia Bovina Espongiforme (BSE), estimulando, deste modo, o comércio de produtos de origem animal. Uma reunião da Sessão Geral da OIE, aprazada para o presente ano de 2015, discutirá esta proposta, entre outras.
128. Como parte deste esforço, os Laboratórios Veterinários Centrais da Tanzânia e da Zâmbia foram melhorados com equipamentos laboratoriais no âmbito do Projecto de Combate às Doenças Animais Transfronteiriças (TAD/DAT) da SADC. Estes laboratórios estão a registar progressos nos seus esforços para obter acreditação para a realização de testes de certas Doenças Animais Transfronteiriças (TAD/DAT). Estados-Membros

como Angola, a RDC e a Tanzânia, que têm sido áreas afectadas pela Peste de Pequenos Ruminantes (PPR), estão a implementar a Estratégia Regional para o Controlo e Erradicação da PPR.

129. As doenças animais estão também a ser monitorizadas através de relatórios provenientes dos Estados-Membros submetidos no formato definido pelo Sistema de Gestão de Informação sobre Pecuária (LIMS).

Culturas Agrícolas

130. O Secretariado assinou um Programa de Cooperação Técnica (PCT) com a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) para a prestação de apoio técnico da FAO à SADC no controlo da Mosca da Fruta Asiática na Região. O reforço de capacidades por meio de acções de formação tem sido realizado para os Estados-Membros na vigilância e controlo da Mosca da Fruta Asiática. Por outro lado, foi providenciado equipamento de vigilância e controlo aos primeiros quatro Estados-Membros, nomeadamente, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

ESTADO DE PRONTIDÃO PARA CALAMIDADES EM TERMOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

131. O Secretariado continuou a recolher, analisar e disseminar informação de alerta prévio sobre segurança alimentar recebida dos Estados-Membros através de informes e/ou relatórios de aviso prévio.
132. Durante o período em análise, foram obtidos os seguintes resultados:
- (a) Uma Comissão Nacional de Avaliação da Vulnerabilidade (CNAV) foi criada nas Seychelles, elevando para 13 o número de Estados-Membros com CNAV. Outros Estados-Membros com CNAV são Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe;
 - (b) Os Estados-Membros continuaram a facilitar a institucionalização das Comissões Nacionais de Avaliação da Vulnerabilidade (CNAV) nos Estados-Membros. Por exemplo, na Zâmbia, a CNAV foi financiada em 100 por cento com recursos internos em 2014;
 - (c) O Secretariado apoiou os Estados-Membros no desenvolvimento de sistemas de monitorização e avaliação para fazer o rastreio da utilização da informação proveniente das avaliações e análises da vulnerabilidade na formulação de políticas e na tomada de decisões, a fim de reduzir a vulnerabilidade dos meios de subsistência na Região;
 - (d) O Secretariado facilitou o desenvolvimento de ferramentas e quadros harmonizados para a realização de avaliações da vulnerabilidade dos meios de subsistência em zonas urbanas. Tal constituiu uma resposta às exigências feitas pelos Estados-Membros para a expansão das avaliações da vulnerabilidade das zonas rurais para as urbanas. Prevê-se que estas ferramentas passem a ser utilizadas no exercício financeiro de 2015/16.

GESTÃO CONJUNTA DE RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS

Implementação do Protocolo das Pescas

133. Foram elaborados o projecto de Estratégia de Aquacultura da SADC e o projecto de Estratégia de Saúde de Animais Aquáticos. As Estratégias serão finalizadas no exercício financeiro de 2015/16. Por outro lado, o Secretariado colaborou com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) na mobilização de recursos para facilitar a criação do Centro

Regional de Monitorização, Controlo e Vigilância das Pescas da SADC para combater a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (IUU). O Centro estará localizado em Moçambique.

Implementação do Protocolo sobre Florestas

134. Na área da implementação do Protocolo da SADC sobre Florestas, foram conseguidas várias realizações, nomeadamente:
- (a) finalização do Projecto de Gestão Sustentável das Florestas da SADC/JICA, que entrará na sua fase de implementação no exercício financeiro de 2015/16;
 - (b) desenvolvimento de um programa regional integrado para a gestão de incêndios destinado a promover a colaboração das partes interessadas na gestão de incêndios. A fase-piloto do programa de formação decorreu no Instituto Superior de Gestão da Vida Selvagem em Mweka, Tanzânia, em Abril de 2015, e contou com a participação de vários Estados-Membros da SADC;
 - (c) desenvolvimento do programa regional de formação em matéria de Redução das Emissões Resultantes da Desflorestação e Degradação Florestal (REDD+) que visa aumentar a compreensão desta matéria por parte dos Estados-Membros da SADC. A fase-piloto do programa decorreu na Universidade Agrária de Morogoro, na Tanzânia, em Março de 2015, e contou com a participação de vários Estados-Membros da SADC;
 - e
 - (d) a fase-piloto Projecto regional REDD+ MRV da SADC decorreu no Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia e Zâmbia. No quadro das actividades da fase-piloto, foram realizadas medições de campo das emissões de carbono, tendo sido desenvolvida uma metodologia para Medição, Notificação e Verificação das emissões de carbono.

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Protocolo sobre Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

135. O Protocolo sobre Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável foi finalizado e aprovado pelo Conselho e pela Cimeira, em Agosto de 2014, em Victoria Falls, Zimbabwe. O Protocolo foi assinado por nove (9) dos quinze (15) Estados-Membros da SADC. Decorrem esforços no sentido de agilizar o processo de ratificação do Protocolo.
136. Os objectivos principais do Protocolo são: (a) reforçar a protecção do meio ambiente, a fim de contribuir para a saúde humana, o bem-estar do ser humano e o alívio da pobreza; (b) promover a utilização equitativa e sustentável dos recursos naturais e culturais e a protecção do ambiente para o benefício das gerações presentes e futuras; (c) promover a gestão compartilhada do meio ambiente e dos recursos naturais transfronteiriços; e (d) promover uma gestão e resposta efectivas aos impactos provocados pelas alterações climáticas e pela variabilidade do clima.

Implementação do Programa Tripartido para as Alterações Climáticas

137. O Secretariado da SADC está a implementar, em conjunto com o Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA) e com a Comunidade da África Oriental (EAC), um Programa quinquenal sobre Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas na Região da África Austral e Oriental (COMESA-EAC-SADC). Através deste programa, o Secretariado conseguiu as seguintes realizações, entre outras:

- (a) foram contratados negociadores nacionais sobre alterações climáticas da Região para deliberarem sobre questões, visando a adopção da Posição da SADC através do Grupo Africano, sob os auspícios do Acordo Global para as Alterações Climáticas Pós-2015. Entre os maiores resultados constaram a Declaração dos Negociadores da SADC sobre as Alterações Climáticas; a Posição sobre o Consenso Regional sobre as Alterações Climáticas; a proposta de Plano de Trabalho indicativo para o Secretariado da SADC, que detalha as suas actividades previstas e possíveis, tendo em vista a COP 21, em Paris, França, e as mensagens-chave que foram utilizadas pelos Estados-Membros da SADC durante a Cimeira do Secretário-Geral da ONU sobre o Clima e a 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP20);
- (b) juntou os Estados-Membros para a partilha de experiências e lições no processo de definição das suas Intenções de Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDC), conforme exigido pela Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. À luz da Convenção sobre as Alterações Climáticas, os países concordaram que cada país Parte deve comprometer-se a reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa que provocam alterações climáticas. As INDC estão concebidas para definir as áreas e estratégias nacionalmente determinadas para a redução das emissões de carbono e de outros Gases com Efeito de Estufa, que têm a ver com circunstâncias nacionais. Estas incluiriam questões relacionadas com a mitigação, adaptação e medidas capacitantes, tais como o reforço de capacidades, financiamento e transferência de tecnologias. O envio das INDC pelos países à UNFCCC/CQNUAC começou em Março de 2015 e deve prolongar-se, o mais tardar, até ao dia 1º de Outubro de 2015;
- (c) Foi elaborado um Projecto de Quadro de Monitorização e Avaliação, o qual será usado para fazer o rastreio da implementação do Programa. No quadro deste processo, o Secretariado da SADC concluiu a recolha de informação de base sobre os principais indicadores junto de 4 Estados-Membros, designadamente, Namíbia, Lesoto, Botswana e África do Sul. Outros Estados-Membros que também são Estados-Membros do COMESA e da EAC foram cobertos pelo COMESA e EAC, respectivamente. A informação gerada através do exercício será utilizada para identificar lacunas, fixar prioridades, metas e aprimorar os indicadores no âmbito do Quadro de Monitorização e Avaliação do programa.;
- (d) O Secretariado sensibilizou os jornalistas da SADC para as questões relacionadas com as Alterações Climáticas, tendo estes estabelecido já uma rede para promover a divulgação de informação sobre as Alterações Climáticas na Região. A rede é conhecida por "Rede de Jornalistas para as Alterações Climáticas (JNCC)" e o Secretariado criou uma plataforma online para permitir aos membros da JNCC partilhar informação sobre as Alterações Climáticas. Até à data, a plataforma conta com 14 membros inscritos oriundos da Região;
- (e) iniciou pesquisas na Agricultura, Silvicultura e Utilização dos Solos (AFOLU) e questões sobre o Bio-carbono por meio de estudos de síntese de conhecimentos sobre práticas adaptáveis às Alterações Climáticas. A pesquisa está centrada em três áreas temáticas, a saber, desenvolvimento de cenários no sector da AFOLU na África Austral (Agricultura e Pecuária); medição do Potencial para Mitigação das Alterações Climáticas na redução da vulnerabilidade na África Austral; e determinação do tom da plataforma voluntária de comercialização de carbono. Todos estes estudos visam melhorar a produtividade ao nível dos pequenos produtores no quadro das mudanças climáticas.

138. O Secretariado promoveu o uso de recursos fitogenéticos para mitigar os efeitos das Alterações Climáticas em Angola, Botswana, Namíbia e Zâmbia. Isso envolve a identificação de traços resistentes às alterações climáticas no germoplasma conservado, recorrendo ao uso de recursos financeiros mobilizados para projectos-piloto sobre a identificação de materiais resistentes às alterações climáticas. Utilizando estes recursos financeiros, foi realizado um estudo, na Namíbia, destinado a identificar culturas agrícolas resistentes à seca e práticas agrícolas susceptíveis de permitir fazer face aos desafios relacionados com as alterações climáticas. Em Angola, Botswana e Zâmbia, foram identificadas zonas propensas a secas para a prática da Agricultura Inteligente em termos Climáticos.
139. O Secretariado prestou apoio técnico ao Botswana, Moçambique, Swazilândia, Lesoto e África do Sul para promover as melhores práticas de gestão de bancos de genes. Isto foi realizado no âmbito da iniciativa para normalizar as instalações de bancos de genes nos Estados-Membros, e para perseguir o objectivo de assegurar que os meios e procedimentos de conservação na Região se tornem conformes com as normas internacionais.
140. O Secretariado apoiou a formulação de estratégias nacionais para a conservação e o aproveitamento sustentável de recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura em seis Estados-Membros participantes, nomeadamente, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.
141. Uma Estratégia de Sustentabilidade (2015-2025) para o Centro de Recursos Fitogenéticos da SADC (SPGRC) baseado em Lusaka, Zâmbia, foi finalizada e aprovada pelo Conselho do SPGRC A Estratégia será apresentada aos Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar no final do ano. O documento de estratégia decenal propõe meios através dos quais a Região pode reduzir a erosão fitogenética e melhorar os sistemas de Recursos Fitogenéticos e de sementes, com vista a melhorar a produtividade e influenciar a política de acesso e aproveitamento de Recursos Fitogenéticos na Região. O documento de estratégia procura igualmente promover a geração de conhecimentos e a troca de informações sobre Recursos Fitogenéticos, bem assim como mobilizar recursos financeiros adequados para a conservação e o aproveitamento sustentável de Recursos Fitogenéticos.

D. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO DE DIMENSÃO REGIONAL

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS.

142. A Região continua a registar progressos significativos no acesso e equidade no ensino primário, secundário e superior. Tal deve-se, em grande medida, ao aumento do uso das TIC através da implementação de programas e estratégias de ensino aberto e à distância e ensino electrónico que visam os órfãos, crianças e jovens vulneráveis, bem como os portadores de deficiência; e a reintegração de jovens mães no sistema escolar. Todavia, os baixos níveis de participação no ensino secundário traduzem-se numa participação reduzida no ensino superior; e o persistente baixo desempenho dos alunos, especialmente em matemática e ciências, resulta em capital humano inadequado e desprovido das competências relevantes para contribuir para o avanço tecnológico e o desenvolvimento socioeconómico.

Ensino aberto e à distância

143. Durante o período em análise, o Projecto de Reforço de Capacidades para o Ensino Aberto e à Distância (EAD), financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), foi concluído, com sucesso, tendo sido realizada uma avaliação externa que observou que durante os cinco anos de implementação do projecto foram conseguidas realizações significativas. Estas incluem o desenvolvimento e a implementação da Política, do Quadro e do Plano Estratégico de EAD, bem como o desenvolvimento e aprovação de normas mínimas regionais para o estabelecimento e a acreditação de instituições de EAD; directrizes regionais para a garantia de qualidade no ensino aberto e à distância; integração da perspectiva de género no EAD; monitorização e avaliação no EAD; capacitação de profissionais de EAD e fornecimento de equipamento informático e de videoconferência aos Estados-Membros beneficiários do projecto. Espera-se que estas realizações tenham um impacto de longa duração na prestação de um EAD efectivo e harmonizado na Região, para aumentar o acesso ao ensino e à formação de qualidade.

Recursos humanos e desenvolvimento de competências

144. O Secretariado continuou a promover o revigoramento do Ensino e Formação Técnico-Profissional através da implementação do Quadro Estratégico e Programa de Acção da SADC para o Ensino e Formação Técnico-Profissional. Isto inclui o desenvolvimento do Quadro de Nomenclatura para o Ensino e Formação Técnico-Profissional para facilitar a harmonização do ensino e formação técnico-profissional na Região; e a realização de estudos sobre o uso de reconhecimento de aprendizagem anterior ou de aprendizagem não formal e informal para promover a aprendizagem ao longo da vida e estudos de caso sobre práticas inovadoras de ensino e formação técnico-profissional e desenvolvimento de competências.

145. Em termos de capacitação dos Estados-Membros em matéria de monitorização e avaliação do VIH e SIDA no sector da educação, 30 funcionários da área do Sistema de Gestão de Informação sobre Educação (EMIS) dos Ministérios da Educação de todos os Estados-Membros (dois de cada Estado-Membro) foram formados em matéria de integração de Indicadores de Educação sobre o VIH e SIDA no Senso Escolar Anual para garantir a disponibilização periódica de dados sobre o impacto do VIH e SIDA no sector da educação.

146. Foi elaborado o Quadro Estratégico de Recursos Humanos para a Saúde da SADC e este servirá de guião para abordar: a) os défices críticos de recursos humanos, em particular de médicos, enfermeiros, farmacêuticos e técnicos de laboratório; b) a questão da perda de massas críticas de trabalhadores da saúde na maior parte dos Estados-Membros da SADC, devido à fuga e mobilidade de cérebros; e c) a necessidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho de profissionais da saúde nas zonas rurais.

147. [...]

148. [...]

149. Para ajudar as instituições de formação que estão a desenvolver cursos regionais de curta duração na Redução das Emissões da Desflorestação e Degradação Florestal (REDD), foi desenvolvido um sistema de garantia da qualidade que deverá assegurar que os cursos que estão a ser ministrados têm a qualidade desejada e preenchem determinados padrões no quadro do Programa de Apoio à REDD.

EMPREGO E TRABALHO

150. O enfoque do sector do emprego e trabalho continuou a ser na formulação de quadros estratégicos de política, normas e directrizes para promover a criação de emprego decente e produtivo, especialmente para jovens e mulheres, a protecção social, com enfoque em grupos vulneráveis das comunidades regionais, e o respeito pelos princípios e direitos fundamentais

no trabalho para todos para reforçar a produtividade laboral, tanto em empresas públicas como privadas na Região.

Protocolo sobre Emprego e Trabalho

151. Para consolidar e aprofundar ainda mais a integração regional no mercado do trabalho, bem como promover o desenvolvimento económico e criar emprego decente para todos, o Protocolo da SADC sobre Emprego e Trabalho foi finalizado e aprovado pelo Conselho e pela Cimeira em Agosto de 2014, em Victoria Falls, Zimbabwe. O principal objectivo do Protocolo é facilitar:
- i) o estabelecimento de padrões mínimos sobre emprego e trabalho, segurança social, segurança e saúde no local de trabalho e assuntos conexos;
 - ii) a facultação de um quadro para a harmonização de políticas e da legislação sobre o emprego, trabalho e segurança social, a segurança e normas de saúde no local de trabalho, e o reforço da coesão e das abordagens comuns aos desafios que o mercado do trabalho enfrenta.
 - iii) a facultação de um quadro de cooperação regional para a recolha e divulgação da informação sobre o mercado de trabalho;
 - iv) a promoção da igualdade de género no sector do emprego e trabalho, em particular, da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres;
 - v) a promoção do desenvolvimento da capacidade institucional e das aptidões profissionais e técnicas na Região; e
 - vi) a promoção de oportunidades de emprego e de geração de rendimento para todos e, em particular, para os grupos vulneráveis, como base para a concretização do emprego pleno, escolhido livremente, produtivo e decente na Região.
152. O Protocolo foi assinado por nove Estados-Membros e estes estão a ser apelados a ratificar o Protocolo para facilitar a sua implementação.

Código de Conduta sobre a Tuberculose (TB) no Sector Mineiro

153. O Código de Conduta sobre a Tuberculose no Sector Mineiro e o respectivo Plano de Acção, Desempenho, Monitorização e Comunicação foram finalizados e aprovados pelo Comité dos Ministros da Saúde e dos Ministros responsáveis pela luta contra o VIH e SIDA na sua reunião realizada em Janeiro de 2015, em Victoria Falls, Zimbabwe. Este Código contempla os princípios que devem ser respeitados na operacionalização da Declaração da SADC sobre a Tuberculose no Sector Mineiro aprovada e assinada pelos Chefes de Estado e de Governo em 2012; O Plano de Acção fornece detalhes sobre como, por quem e quando as acções ou actividades estratégicas do Código serão efectuadas. O Plano de monitorização do desempenho irá facilitar a avaliação do grau de eficiência dos actores ou implementadores do Código na execução das suas respectivas responsabilidades ou tarefas. O Plano de comunicação indica como será feita a gestão das comunicações pelos diversos intervenientes durante a operacionalização do Código de Conduta sobre a Tuberculose no Sector Mineiro.

Quadro de Promoção de Emprego para os Jovens

154. A taxa média de desemprego na Região é de cerca de 25% e varia entre os Estados-Membros, sendo que a mais alta ronda os 50% e a mais baixa situa-se em cerca de 2%. O fardo do desemprego é desproporcionalmente maior para os jovens (15-24 anos) do que para

os grupos de pessoas mais velhas (25-64 anos). Na maior parte dos Estados-Membros o desemprego no seio dos jovens é duas vezes superior ao desemprego no seio das camadas mais velhas. Relacionado com os altos níveis de desemprego na Região, o Secretariado está a finalizar o Projecto de Quadro de Política para a Promoção de Emprego para os Jovens, com vista a melhorar as oportunidades de emprego para os jovens. Espera-se que o Quadro de Política seja aprovado pelos Ministros e Parceiros Sociais responsáveis pelo Emprego e Trabalho na sua próxima reunião a ter lugar em 2015.

SAÚDE E FÁRMACOS

155. A Região continua a carregar um pesado fardo representado por doenças transmissíveis. As três grandes, nomeadamente o VIH e SIDA, a Tuberculose e a Malária, continuam a ser as que mais contribuem para a morbidade e mortalidade na SADC. A Região continua a ter os níveis epidémicos de VIH mais severos no mundo, sendo que os nove países mais infectados do mundo são Estados-Membros da SADC. A Tuberculose está a ressurgir na Região como resultado da epidemia do VIH, e oito dos Estados-Membros da SADC estão entre os 15 países do mundo com a maior taxa de incidência de TB. A malária é endémica em sete Estados-Membros da SADC e 75 por cento da população da SADC está em risco de contrair a malária.
156. A fim de contrariar estas tendências preocupantes, o Secretariado continuou a facilitar o desenvolvimento de normas mínimas de política, bem como o reforço de capacidades para ajudar os Estados-Membros a responder de forma efectiva ao controlo epidemiológico, tal como salientado abaixo.
142. As Directrizes para Advocacia e Comunicação sobre Doenças Transmissíveis foram elaboradas e validadas pelos peritos dos Estados-Membros e aprovadas pelos Ministros da Saúde e pelos Ministros responsáveis pelo combate ao VIH em Novembro de 2014. As Directrizes devem ser usadas pelos gestores de programas de combate a doenças transmissíveis, por forma a permitir-lhes integrar sistematicamente os elementos-chave das normas mínimas de política nas políticas e directrizes nacionais. Tal permitirá a implementação e harmonização efectivas das normas mínimas de política.
143. Cinco (5) instituições de formação, designadamente o Instituto da Saúde das Maurícias, a University Research of South Africa; a Universidade de Witwatersrand, o Instituto Nacional para as Doenças Transmissíveis (África do Sul), e a Universidade do Malawi, foram contactadas para facilitar o reforço de capacidades na transposição de todos os padrões mínimos, quadros e directrizes aprovados a nível regional para as doenças transmissíveis. Foram realizadas todas as acções formativas no domínio dos padrões mínimos e quadros sobre as doenças transmissíveis destinadas aos Estados-Membros anglófonos. Os contratos das instituições de formação para os Estados-Membros francófonos e lusófonos da SADC beneficiários do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) foram negociados com êxito e assinados.
144. Foi facilitada a entrega de equipamento e software de GIS a todos os oito (8) Estados-Membros da SADC beneficiários do FAD e ao Secretariado. Mais especificamente, foi concluída a entrega de equipamento e software de GIS ao Lesoto, Zâmbia, Zimbabue e ao Secretariado. A despeito dos desafios operacionais, tais como o processamento de isenções fiscais e a confirmação dos locais para a entrega e instalação do equipamento, está em marcha o trabalho para os fornecedores procederem à sua entrega a Moçambique, Angola, Malawi e Tanzânia.

145. O Relatório de Combate à Malária descreve as realizações, os desafios enfrentados em termos de implementação e questões emergentes referentes ao ano civil de 2013. O Relatório foi validado por peritos regionais e aprovado pelos Ministros da Saúde e pelos Ministros responsáveis pelo Combate ao VIH e SIDA em Novembro de 2014. Na sequência da homologação do Relatório pelo Conselho em Agosto de 2015, terá início o trabalho para elaborar o Plano Estratégico para o Combate à Malária.
146. Na área das Doenças Emergentes e Re-emergentes, todos Estados-Membros da SADC adoptaram as medidas do quadro de preparação e resposta promovidas internacionalmente, em particular contra a Doença do Vírus Ébola (DVE) e continuam a aderir aos Regulamentos de Saúde Internacionais. Os Estados-Membros estão em níveis variados de prontidão para detectar, investigar e gerir casos de Ébola. As medidas tomadas incluem o acesso assegurado a um laboratório de diagnóstico qualificado da Doença do Vírus Ébola e o tratamento de casos da doença, onde se mostrar necessário; bem como a capacidade de gerir os viajantes provenientes de zonas infectadas pelo Ébola que chegam aos aeroportos internacionais ou principais pontos de travessia terrestre com sinais de doença febril inexplicada.
147. Foi facilitada a realização de um estudo sobre a mortalidade materno-infantil que irá avaliar o sector da saúde materna, neonatal e infantil em todos os Estados-Membros da SADC no período de 2015 a 2019. Este estudo permitirá que a Região efectue uma melhor apreciação dos desafios prevaletentes. O estudo será harmonizado com a Estratégia da União Africana para estudos sobre a mortalidade materno-infantil para se evitarem duplicações.

VIH E SIDA

148. Cerca de um terço (34%) dos 35,3 milhões de pessoas infectadas pelo VIH no mundo (cerca de 12 milhões de pessoas) vivem na SADC. Aproximadamente 92% das infecções ocorrem através da transmissão sexual e, por isso, os adultos sexualmente activos com idades entre 20 e 39 anos, são os mais afectados, enquanto a transmissão vertical (da mãe para o filho) representa 7% das novas infecções. As altas taxas (actuais e históricas) de mobilidade e migração da população na Região contribuem para o aumento do risco de infecção por VIH e para a propagação da doença, não só entre os grupos de alto risco, como os trabalhadores do sexo e os camionistas de longo curso, mas também entre as populações migrantes, as comunidades próximas de localidades fronteiriças e as comunidades com altos níveis de imigração e emigração.
149. Os jovens adultos em idade activa correm um risco particular por constituírem a maior proporção das populações migrantes, como o são também as jovens mulheres envolvidas no sexo transaccional periódico. Nos países mais afectados, a maior proporção de órfãos é decorrente das mortes relacionadas com o VIH e SIDA. Botswana (74%), Lesoto (68%), Moçambique (39%), Malawi (66%), Namíbia (64%), África do Sul (67%), Swazilândia (73%), Tanzânia (42%), Zâmbia (43%), e Zimbabwe (81%).
150. O Secretariado continua a apoiar os Estados-Membros na luta contra a epidemia do VIH e SIDA através da elaboração e harmonização de políticas, do reforço de capacidades e integração das políticas nos ordenamentos jurídicos nacionais, da facilitação de respostas sustentáveis e da monitorização e apresentação de relatórios sobre o progresso alcançado.
151. No período em análise, foi feito progresso nas seguintes áreas:
- (a) O Secretariado, a pedido dos Estados-Membros, candidatou-se para a 2ª Fase da Iniciativa Transfronteiriça de Combate ao VIH e SIDA do Fundo Global, cujo objectivo

é reduzir a incidência do VIH e a morbilidade associada ao VIH e SIDA e à co-infecção VIH/TB no seio de camionistas de longo curso e de trabalhadores do sexo, bem como mitigar o impacto conexo na Região da SADC. Na sequência das negociações realizadas em Janeiro de 2015 entre o Secretariado e o Fundo Global, foi aprovado o financiamento para a 2ª Fase no montante de USD 11.373.458,00 . O período de vigência do projecto estende-se de Abril de 2015 a Junho de 2017.

- (b) Foi coordenada a implementação da Primeira Ronda do Fundo da SADC para o Combate ao VIH e SIDA e os Estados-Membros disponibilizaram o montante total de USD 6.206.282,00 para a implementação de 12 projectos. A implementação destes projectos pelos Estados-Membros aumentou a capacidade de abordagem da prevenção do VIH. Produziu ainda conhecimentos que servirão de referência para a Região formular políticas e intervenções baseadas em evidências. O desembolso de verbas para a Segunda Ronda do Fundo da SADC para o Combate ao VIH e SIDA inicia em Novembro de 2014. Serão implementados dez (10) projectos nos Estados-Membros durante 2 anos, com uma verba de USD 4.777.785,00.
- (c) Foram facilitadas a elaboração e a adopção de um Quadro de Acção para o Financiamento Sustentável dos Serviços de Saúde e dos Programas de Combate ao VIH na Região da SADC. O Quadro reconhece que a integração da Saúde e do combate ao VIH aos níveis das políticas, planificação, financiamento e operacional tem um elevado potencial sinérgico e, portanto, reforçam-se mutuamente para o alcance das metas de Cobertura Universal da Saúde, bem como de Eliminação da SIDA até 2030. As políticas, estratégias e actividades desenvolvidas neste Quadro serão integradas no âmbito geral de protecção social, desenvolvimento social e quadros de política económica, tendo em devida conta os determinantes da saúde. Este Quadro obriga os Estados-Membros a alcançar a cobertura universal do pacote de serviços básicos de saúde até 2025. Para além de outros problemas de saúde prioritários, o pacote básico contempla o VIH, a Tuberculose e a Malária, reflectindo as características específicas do perfil epidemiológico da Região.
- (d) O Secretariado facilitou a formulação e a aprovação de documentos técnicos e de política. Os documentos de política visam providenciar orientações na implementação de vários aspectos sobre o combate ao VIH e SIDA. Os documentos aprovados durante o período em análise são os seguintes:
 - (i) Relatório da SADC sobre a Epidemia do VIH e SIDA referente a 2014;
 - (ii) Quadro de Acção para o Financiamento Sustentável dos Serviços de Saúde e dos Programas de Combate ao VIH e SIDA na Região da SADC;
 - (iii) Estratégia Regional de Comunicação e Advocacia para o Combate ao VIH, TB e Infecções Transmitidas Sexualmente (ITS);
 - (iv) Estratégia Regional de Comunicação Social e para Mudança de Comportamento (SBCC);
 - (v) Principais Indicadores Transversais da SADC para o Combate ao VIH.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CTI)

152. O enfoque do sector da Ciência, Tecnologia e Inovação continua a ser no fortalecimento e na concepção de sistemas nacionais e regionais de inovação para apoiar o desenvolvimento e o crescimento socioeconómicos. A CTI na Região é afectada por vários factores, tais como os baixos níveis de investimento em investigação e desenvolvimento; escassez de recursos humanos nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática no quadro do sistema de educação; e baixos níveis de inovação e desenvolvimento de tecnologias para apoiar a industrialização.

153. No período em análise, foram alcançados os seguintes resultados principais:

Formulação e transposição das Directrizes e Quadros jurídico-legais e regulamentares para a CTI;

154. No âmbito deste resultado, foram aprovados os seguintes instrumentos pelos Ministros responsáveis pela CTI em Junho de 2014, em Maputo, Moçambique:

- o Plano Estratégico para a CTI;
- as prioridades definidas para a CTI no âmbito do RISDP Revisto para 2015-2020;
- o Projecto de Quadro para a CTI para a Implementação da Estratégia sobre Alterações Climáticas (em princípio), na pendência de novas consultas com os sectores interessados;
- compromissos estratégicos a assumir com a OCDE, o Grupo de Observação da Terra (GEO) e o Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados (IIASA) para apoiar a agenda regional para a CTI.

155. O 4º Workshop para Peritos sobre Computação de Alto Desempenho decorreu em Dezembro de 2014 e teve início a elaboração do Projecto de Quadro de Infra-estruturas Cibernéticas da SADC.

156. Foram designados Pontos Focais durante o Workshop Consultivo de Parceiros sobre Gestão da Investigação e Inovação da SADC realizado em Fevereiro de 2015, para a implementação efectiva dos projectos acordados sobre investigação e inovação na Região.

Ratificação do Protocolo sobre CTI pelos Estados-Membros

157. Subsiste ainda o desafio e a preocupação em termos da lentidão verificada na ratificação do Protocolo da SADC sobre Ciência, Tecnologia e Inovação. Na reunião ministerial de Junho de 2014 foi apelado aos Estados-Membros, que não ratificaram o Protocolo sobre CTI, a fazerem-no. Até ao presente, apenas quatro (4) Estados-Membros ratificaram o Protocolo sobre CTI.

Redes e parcerias funcionais

158. O Secretariado continua a estabelecer parcerias e redes estratégicas para alavancar recursos técnicos e financeiros para apoiar programas regionais na área da CTI e participou e contribuiu para as seguintes realizações estratégicas:

- (i) 5ª Conferência Extraordinária da União Africana dos Ministros responsáveis pela Ciência e Tecnologia, realizada em Brazzaville, Congo, em Abril de 2014. A reunião ministerial homologou o Projecto de Estratégia sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para África (STISA) 2024 como parte da Agenda 2063 da União Africana,

aprovada pela Cimeira da União Africana em Julho de 2014 na Guiné Equatorial. Além disso, apreciou vários outros instrumentos de políticas.

(ii) A Reunião do Conselho Fiscal do Programa de Apoio à Inovação da África Austral (SAIS) que se realizou em Maio de 2014, em Maputo, Moçambique. A reunião apreciou os resultados do Relatório de Avaliação Intercalar do SAIS e do Relatório do Estudo Regional sobre Inovação.

(iii) O primeiro Fórum de Inovação da África Austral foi acolhido com êxito em parceria com o Programa de Apoio à Inovação da África Austral (SAIS). Os Estados-Membros propuseram uma recomendação fundamental a ser materializada em prol do desenvolvimento de sistemas nacionais e regionais de inovação.

(iv) O lançamento do Projecto sobre "Garantia de Segurança Agrícola e de Alimentos com base em Organismos Geneticamente Modificados (GMASSURE) teve lugar em Julho de 2014, em Pretória, África do Sul. O Projecto de GMASSURE é um projecto financiado no quadro da parceria União Europeia-África, Caraíbas e Pacífico (ACP), com o objectivo de facilitar a partilha de conhecimentos e a consciencialização no seio dos decisores políticos e intervenientes, sobre o uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) na agricultura e na alimentação. O lançamento contou com a participação de vários parceiros, beneficiários e representantes de 11 Estados-Membros da SADC.

(v) A conferência sobre a colaboração conjunta Afro-Europeia para a Ciência e Tecnologia (ERAfrica) teve lugar em Setembro de 2014, em Pretória, África do Sul. O Projecto ERAfrica é financiado pela União Europeia para promover uma colaboração mais estreita entre a Europa e África na Ciência, Tecnologia, Investigação e Inovação em prol do desenvolvimento sustentável.

PROGRAMA ESPECIAL: ÓRFÃOS, CRIANÇAS E JOVENS VULNERÁVEIS (OCJV)

159. A população da Região continua muito jovem, sendo que mais de 75% tem menos de 35 anos e 19 milhões de crianças dos 0 aos 17 anos são órfãs. Os Estados-Membros continuaram a fazer face a altos níveis de pobreza e desemprego no seio dos jovens e ao grande número de órfãos e crianças vulneráveis (OCV) que se tornam em jovens, mães e pais vulneráveis que têm as suas próprias crianças vulneráveis, reforçando o ciclo de pobreza e vulnerabilidade. Continuaram a ser envidados esforços em todos os Estados-Membros para quebrar este ciclo, tendo-se registado progressos na transposição para os ordenamentos jurídicos nacionais do Pacote Mínimo de Serviços da SADC que define os requisitos para o desenvolvimento óptimo e bem-estar dos milhões de OCV na Região.

160. Alguns Estados-Membros traduziram o Pacote Mínimo de Serviços em normas, políticas e legislação nacional, enquanto outros fortaleceram os mecanismos de coordenação e colaboração multisectorial na prestação de serviços abrangentes para OCV. Será necessário algum tempo antes destes esforços produzirem impacto nas vidas das crianças e dos jovens, sendo que o Secretariado continuará a monitorizar os progressos e apoiar os esforços dos Estados-Membros. Foi iniciada a implementação de uma iniciativa regional para reforçar os sistemas nacionais e regionais e a capacidade de monitorização, avaliação e apresentação de relatórios sobre OCV e jovens, cujo término será em Janeiro de 2019.

161. A grande proporção de jovens na SADC proporciona uma oportunidade para o seu potenciamento para participarem nos esforços para a aceleração do desenvolvimento e progresso da Região. Foram elaborados uma Estratégia e um Plano de Actividades 2015-

2020 sobre o Potenciamento da Juventude e a sua Participação no Desenvolvimento Sustentável na SADC, tendo sido aprovados pelos Ministros responsáveis pela Juventude, em Outubro de 2014. As prioridades da estratégia para a juventude foram integradas no RISDP Revisto 2015-2020, em particular o potenciamento da juventude em aspectos sobre o desenvolvimento de habilidades em áreas-chave de desenvolvimento socioeconómico; a promoção da inovação, empreendedorismo, criação de riqueza no seio dos jovens e a sua capacitação nestas matérias; o aumento das capacidades de liderança e de participação dos jovens no desenvolvimento socioeconómico; a promoção da saúde, responsabilidade e voluntariado juvenil; o fortalecimento de estruturas para a coordenação dos jovens aos níveis nacional e regional; e a capacitação para a monitorização, avaliação e apresentação de relatórios sobre questões da juventude.

162. Agora é preciso compromisso político para apoiar a implementação integral da agenda regional de desenvolvimento e potenciamento da juventude. Assim, na reunião realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, em Outubro de 2014, os Ministros da SADC responsáveis pela Juventude aprovaram o projecto de Declaração sobre o Desenvolvimento e o Potenciamento da Juventude que será apresentado para apreciação e assinatura na presente Cimeira (Agosto de 2015).
163. As questões sobre órfãos, crianças e jovens vulneráveis são transversais e requerem esforços colectivos por parte de todos os sectores para uma abordagem abrangente. Em 2014, o desenvolvimento e o potenciamento das crianças e dos jovens foi integrado na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da SADC 2015-2020 e nas Normas da SADC para a Integração das intervenções de Saúde Sexual e Reprodutiva e de Combate ao VIH e SIDA. No sector da educação, teve início a segunda fase do Programa de Cuidados e Apoio ao Ensino e Aprendizagem (CSTL), com o acréscimo de dois Estados-Membros (Malawi e Zimbabwe), que será implementada até 2018. Este programa visa melhorar o acesso, a retenção e o desempenho de órfãos, crianças e jovens vulneráveis no sistema escolar.
164. Para se avançar com o processo, a Região é chamada a prover os recursos necessários e reforçar a capacidade do Secretariado e dos Estados-Membros para coordenar e apoiar o desenvolvimento e o potenciamento dos órfãos, crianças e jovens vulneráveis para garantir que estes sejam integrados em todos os sectores prioritários de desenvolvimento.

E. PROGRAMAS TRANSVERSAIS

GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

165. No período em análise, foi monitorizado o progresso alcançado em termos da representatividade da mulher em cargos políticos e de tomada de decisão nos Estados-Membros, especialmente aos níveis do Executivo e do Parlamento. Os resultados da monitorização indicaram que:
- (a) As Maurícias são o único Estado-Membro em que ambos os cargos de Presidente e Vice-Presidente são ocupados por mulheres, enquanto a Zâmbia tem uma Vice-Presidente.
 - (b) Na Namíbia ambos os cargos de Primeiro-Ministro e Vice-Primeiro-Ministro são ocupados por mulheres.

- (c) Ao nível do executivo, o número de mulheres ministras continua muito baixo na maior parte dos Estados Membros.
 - (d) Foram registados grandes avanços na representação da mulher, especificamente a nível do legislativo, sendo que, no Botswana, no Lesoto, em Madagáscar, nas Maurícias, em Moçambique, na África do Sul e na Tanzânia os cargos de Presidente do Parlamento/Assembleia Nacional são detidos por mulheres; enquanto em Angola, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia e Zimbabwe quem ocupa os cargos de Vice-Presidente do Parlamento/Assembleia Nacional são mulheres.
 - (e) A Namíbia tem uma Vice-Presidente do Conselho Nacional; a África do Sul tem uma mulher no cargo de Presidente do Conselho Nacional das Províncias; e no Zimbabwe o Presidente do Senado é uma mulher;
 - (f) No geral, ao longo dos anos, a tendência da representatividade das mulheres no Parlamento em oito dos Estados-Membros, nomeadamente Angola, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia e Zimbabwe, tem sido consistente e ascendente.
 - (g) Actualmente, apenas três Estados- Membros, nomeadamente Namíbia (46 por cento); Seychelles (43 por cento) e África do Sul (41,5 por cento), alcançaram mais de 40 por cento de representação feminina no Parlamento, seguidos de Angola (36,8 por cento), Tanzânia (36 por cento), Moçambique (32,4 por cento) e Zimbabwe (31,5 por cento).
152. No que se refere ao combate ao tráfico de seres humanos, o Secretariado, em conjunto com o Gabinete das Nações Unidas para o Combate a Drogas e ao Crime (UNODC), criou uma base de dados regional sobre o tráfico de seres humanos que visa facilitar a recolha de dados e a gestão centralizada de dados sobre o crime de tráfico de seres humanos na Região da SADC. Foi realizada uma Formação Regional sobre Recolha de Dados e Gestão da Base de Dados sobre o Tráfico de Seres Humanos na qual cerca de 30 pontos focais para o combate ao tráfico de seres humanos e peritos em informática dos Estados-Membros foram familiarizados com a base de dados regional e receberam formação sobre o uso desta. Foi instalado um servidor no Secretariado para acolher a base de dados regional que, assim que terminar a instalação em todos os Estados-Membros, será ligada às bases de dados nacionais em todos os Estados-Membros. Actualmente, está em curso uma pesquisa sobre o tráfico de seres humanos e os dados que forem recolhidos serão inseridos na base de dados.
153. O Secretariado, em colaboração com a Organização Regional para a Cooperação dos Comandantes-Gerais de Polícia da África Austral (SARPCCO), realizou uma formação regional para agentes da lei e ordem, sobre o tráfico de seres humanos, que visava capacitar agentes da lei e ordem para combaterem o tráfico de seres humanos de forma efectiva, dotar os agentes da lei e ordem de competências para organizarem acções de formação a nível nacional, reforçar as competências e a perícia dos agentes da lei e ordem em matéria de investigações sobre o tráfico de seres humanos; e partilhar experiências e casos sobre como lidar com o tráfico de seres humanos nos Estados-Membros através de apresentações sobre o actual modus operandi e de

estudos de caso. A principal recomendação da formação regional foi a necessidade de apoiar e ministrar formação em cascata aos agentes da lei e ordem e dos serviços de imigração/controlo fronteiriço a nível dos países para reforçar a capacidade de combate efectivo ao tráfico de seres humanos a nível dos Estados-Membros.

ESTATÍSTICA

154. O Secretariado, em colaboração com os Institutos Nacionais de Estatística dos Estados-Membros, elaborou o Anuário Estatístico da SADC 2012. O anuário, que providencia dados estatísticos e informação sobre vários aspectos da SADC e dos seus Estados-Membros, visa promover o uso de estatísticas oficiais referentes aos Estados-Membros por parte de diversas partes interessadas. O anuário também foi lançado durante a 34ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo realizada no Zimbabwe, em Agosto de 2014.
155. Foram igualmente compilados determinados indicadores sociais e económicos actualizados até 2013 para a SADC e os Estados-Membros, com o propósito de se fazer uma resenha das mudanças ocorridas em termos das variáveis macroeconómicas da Região.
156. Durante o período em referência, foi efectuada de forma consistente a produção e a disseminação mensal dos Índices Harmonizados de Preços no Consumidor da SADC e dos Estados-Membros. Os índices permitem a realização de análises comparativas dos níveis de inflação regional e dos Estados-Membros.

IV. IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO INSTITUCIONAL: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATAÇÃO DE EMPREITADAS DE OBRAS, FORNECIMENTO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A. RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

157. As principais realizações na área dos Recursos Humanos e Administração, que cobre igualmente os serviços de conferências, incluíram o seguinte:
 - (a) Recrutamento do Secretário Executivo Adjunto para Finanças e Administração, bem como de seis (6) funcionários regionais;
 - (b) Os funcionários contam com o Seguro de Vida Colectivo e uma cobertura de invalidez profissional;
 - (c) Formação dos funcionários no local de trabalho e fora deste, tendo sido utilizados 72% do orçamento para esta actividade;
 - (d) Impressão das Políticas dos Recursos Humanos (200 cópias) e do Manual de Integração dos Funcionários (100 cópias);
 - (e) Os funcionários submeteram os respectivos contratos de desempenho, as avaliações de desempenho e os resumos foram compilados e submetidos para aprovação;
 - (f) Disponibilização de espaço de escritório adequado e implementação de medidas de austeridade relativamente aos serviços públicos, tais como controlar o uso de

- telefones, desligar o sistema de ar condicionado e luzes desnecessárias durante os fins-de-semana e feriados públicos;
- (g) Os compromissos contratuais assumidos relativamente aos encargos unitários da Sede da SADC foram honrados;
 - (h) Início da revisão do Regulamento Interno de Administração da SADC;
 - (i) Implementação do novo sistema de classificação para a gestão de arquivos e aplicação do uso contínuo de pastas de expediente; e
 - (j) Prestação de serviços de interpretação, tradução e outros serviços para cento e cinquenta e três (153) reuniões dos órgãos de decisão sobre políticas e técnicas .

B. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

158. As principais realizações da Unidade de Empreitadas de Obras, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços no exercício de 2014/15 foram as seguintes:
- (a) Estabelecimento de um Plano abrangente de Contratação de Empreitadas de Obras, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços;
 - (b) Melhoria da prestação de serviços através do aprimoramento do processamento de solicitações de serviços de contratação de empreitadas de obras, fornecimento de bens e prestação de serviços, resultando na realização de poupanças;
 - (c) Aumento da frequência e dos detalhes dos relatórios sobre adjudicações de contratos submetidos à direcção do Secretariado, passando os referidos relatórios a ter uma periodicidade mensal.

C. RELAÇÕES PÚBLICAS

159. No período em análise, a Unidade de Relações Públicas alcançou, entre outros, o seguinte:
- (a) aprovação do Manual de Identidade Institucional da SADC e do Conceito e Modelo do Plano de Comunicação com a Comunicação Social (CCP) da SADC;
 - (b) aquisição de material diverso da marca institucional da SADC e para ofertas.
 - (c) produção interna do Boletim Informativo mensal da SADC;
 - (d) fortalecimento de parcerias para, entre outras acções, produzir as Brochuras da Cimeira, efectuar uma exposição pictórica electrónica da SADC e apresentar Histórias de Sucesso da SADC;
 - (e) lançamento do Concurso de Jornalismo e do Concurso de Redacção das Escolas Secundárias da SADC, edição de 2014;
 - (f) publicação do Diário do Observador Eleitoral da SADC e uma publicação quotidiana no website da SADC.

V. COOPERAÇÃO A NÍVEL CONTINENTAL

A. UNIÃO AFRICANA (UA) E NEPAD

160. Na sequência da aprovação, pela Assembleia da UA, do conceito principal da Agenda 2063 em Janeiro de 2015, a Comissão da União Africana (CUA), em articulação com os Estados-Membros, com as CER e com as partes interessas, elaborou o Primeiro Plano de Implementação Decenal para 2014-2023, o qual foi aprovado pela Assembleia em Junho de 2015. O Plano inclui as seguintes áreas principais:
- i) Objectivos e Áreas Prioritárias para os Primeiros Dez Anos;
 - ii) Quadro do Plano para os Primeiros Dez Anos;
 - iii) Plano de Implementação;
 - iv) Monitorização e Avaliação;
 - v) Financiamento do Plano Decenal; e
 - vi) Parcerias.
161. Realizou-se um Retiro Ministerial sobre a implementação da Agenda 2063 à margem da reunião da Assembleia da UA de Junho de 2015, em Joanesburgo, África do Sul. A reunião reflectiu sobre a importância de se colocar em primeiro plano um mecanismo institucional robusto para assegurar a implementação eficiente da Agenda 2063. Tal quadro deve basear-se na coordenação dos princípios da adicionalidade e da subsidiariedade entre os Estados-Membros, as CER e a União Africana.
162. O Secretariado tem estado a participar regularmente em reuniões de coordenação entre a Comissão da UA e outras CER africanas sobre o planeamento da harmonização das estratégias, políticas e planos regionais com a Agenda 2063. Neste sentido, a elaboração do RISDP Revisto para 2015-2020 já teve em conta os principais pilares da Agenda 2063. O Quadro de Implementação do RISDP Revisto contempla a questão da harmonização da estratégia de desenvolvimento a longo prazo da SADC com a da Agenda 2063.
163. O Secretariado continua ainda a tirar partido do quadro da NEPAD para mobilizar recursos e apoio para a implementação dos programas da SADC, mormente nas áreas da agricultura, desenvolvimento de infra-estruturas e desenvolvimento de capacidades. O projecto da SADC mais significativo apoiado pela NEPAD pertence à área da agricultura através da iniciativa/projecto CAADP. Com um orçamento de USD 3,9 milhões, o Programa do Fundo Fiduciário da SADC para a Criança (CAADP) tem como objectivo criar um ambiente propício aos programas e políticas agrícolas africanos aos níveis nacional e regional.
164. Na área do desenvolvimento de capacidades, a Agência de Planeamento e Coordenação da NEPAD empreendeu uma avaliação das necessidades em todas as CER africanas, com o fito de apoiar estas últimas nos seus esforços para implementar a agenda de integração da UA baseada na Agenda 2063.

B. A AGENDA TRIPARTIDA SADC – COMESA – EAC

165. Ao cabo de quatro anos de negociações, o COMESA, a EAC e SADC concluíram e lançaram finalmente a Zona de Comércio Livre Tripartida com a assinatura do respectivo Acordo por 16 Estados-Membros/Parceiros a 10 de Junho de 2015 durante a 3ª Cimeira Tripartida realizada em Sharm el Sheikh, Egipto. Espera-se que, tão logo a ZCLT se torne operacional, os Estados-Membros/Parceiros disporão de uma plataforma adicional para aprofundar a integração regional e resolver os desafios provocados pela duplicação de programas de integração.
166. Não obstante estes marcos significativos, precisam de ser redobrados esforços para assegurar que um maior número de Estados-Membros/Parceiros assine o Acordo sobre a ZCLT e que, em particular, este seja ratificado por um mínimo de 14 países para que o mesmo entre em vigor no prazo de 12 a 24 meses. Para este fim, a SADC, actual Presidente do Grupo de Trabalho, juntamente com o COMESA e a EAC, convidou todos os Estados-Membros/Parceiros para agilizar a resolução da questão que ficou em suspenso sobre as ofertas tarifárias, regras de origem e recursos em matéria de comércio, bem como a facilitação dos progressos no âmbito dos pilares tripartidos do desenvolvimento industrial e de infra-estruturas e o processo paralelo sobre a circulação de empreendedores. Ao mesmo tempo, precisa de ser iniciado o trabalho sobre os preparativos para 2ª Fase das negociações em torno das questões relativas ao comércio de serviços e outras áreas relacionadas com o comércio. Note-se que a região Tripartida vê-se confrontada com desafios em termos de recursos e de definição de prioridades para financiar e apoiar efectivamente a implementação da totalidade da sua agenda Tripartida.

VI. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

167. A cooperação entre a SADC e os Parceiros de Cooperação Internacionais (PCI) rege-se pela Declaração de Windhoek de 2006, que define os objectivos, os princípios orientadores, os compromissos e a estrutura de diálogo no âmbito da parceria. Durante o período em análise, o Secretariado manteve contactos contínuos com os Parceiros de Cooperação Internacionais (PCI) para facilitar a mobilização de recursos no quadro da implementação de programas e projectos regionais prioritários definidos no RISDP e no SIPO.
168. Os parceiros de desenvolvimento que mobilizaram continuamente recursos significativos incluem a União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Mundial, a Commonwealth, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), as Agências da ONU e o Fundo Global. Instituições regionais, tais como a FARA e SAT, também prestaram o seu apoio técnico e financeiro.
169. Vários países, entre os quais a Alemanha e o Reino Unido, prestaram igualmente um apoio significativo.

A. COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A UNIÃO EUROPEIA

170. Os pormenores sobre a situação dos projectos previstos no quadro do 10º FED e do 11º FED constam no Relatório de Balanço sobre a Cooperação SADC-UE.

Programa Indicativo Regional no âmbito do 10º FED

171. A dotação do 10º FED, no montante de 116 milhões de euros, é afectada e formulada inteiramente em projectos no âmbito de dois sectores fulcrais, nomeadamente Integração Económica Regional e Cooperação Política Regional. Está em curso a implementação de 4 programas principais, no âmbito do 10º FED, directamente geridos pelo Secretariado. Estes projectos incluem o Programa de Cooperação Política Regional (RPC), o Programa de Reforço da Capacidade Institucional da SADC (ICDP), o Programa de Apoio à Integração Económica Regional (REIS), o Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC (PPDF) e Fundo de Apoio às Actividades Relacionadas com o Comércio (TRF). Todos estes programas, com a excepção do ICDP, são implementados no âmbito dos Acordos de Contribuição celebrados entre a UE e o Secretariado da SADC. O ICDP é implementado no âmbito de um Acordo de Financiamento.

169. O Programa de Apoio à Integração Económica Regional (REIS) está a progredir segundo o plano, no que diz respeito à assistência nos processos de negociações e na implementação do Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimento, sobretudo a agenda do comércio regional, assim como na finalização do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a SADC e a União Europeia. Este apoio ajudará a SADC a atingir os seus objectivos definidos na estratégia global de integração económica regional, que incluem avançar em direcção a um Mercado Comum com regras e padrões integrados, livre circulação de factores de produção e de mão-de-obra, capitais, bens e serviços.

170. 170. O Programa de Cooperação Política Regional (RPC) contribuiu para a facilitação de missões de observação durante os pleitos eleitorais em vários Estados-Membros da SADC. O projecto prestou igualmente apoio financeiro, sobretudo nos esforços de mediação nos países da Região, isto é, em Madagáscar, Reino do Lesoto e na República Democrática do Congo, incluindo na criação e operacionalização do Grupo de Referência de Mediação (GRM).

171. O Secretariado está a beneficiar-se muito do programa ICDP em termos do número de iniciativas de capacitação institucional empreendidas, que abrangem as Direcções que lidam com a Planificação e Mobilização de Recursos, Recursos Humanos, Orçamento e Finanças.

172. A implementação do Acordo de Contribuição Financeira no âmbito do Fundo de Apoio às Actividades Relacionadas com o Comércio (TRF) arrancou no início de 2015. A este respeito, foram realizadas poucas actividades, tendo em conta que o projecto lida com as questões logísticas que irão ajudar na transferência de recursos do Secretariado da SADC para ajudar os Estados-Membros na implementação dos seus compromissos regionais.

173. O Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos (PPDF) começou a receber propostas dos Estados-Membros no quadro da preparação de projectos. A 1 de Setembro de 2014, o PPDF lançou um Convite à Apresentação de Propostas, convidando todos os Estados-Membros a requerer verbas para a preparação de projectos, através da plataforma *online*, cujo prazo-limite para apresentação de propostas era 30 de Outubro de 2014. No quadro deste processo de apresentação de propostas *online*: foi recebido um total de 54 propostas, das quais apenas 34 reuniam todos os requisitos, na primeira etapa,

a nível do Secretariado, e 8 propostas, na segunda etapa, a nível do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA). Durante a sua sessão de 12 de Junho de 2015, o Comité Directivo do PPDF aprovou o primeiro projecto orçado em 3, 5 milhões de dólares norte-americanos para financiar a realização de um estudo preliminar de viabilidade no âmbito do 2ª Fase do Projecto da Linha Ferroviária Norte - Oeste. Este Projecto concorre para o desenvolvimento de uma linha ferroviária que parte das áreas de exploração de cobre de Chingola para Kalumbola e, a seguir, para Jimbe (interior da Zâmbia), com vista à sua interligação com a linha do Caminho de Ferro de Benguela em Luacano (fronteira angolana).

174. A Tabela 3 oferece uma perspectiva resumida do ponto de situação dos projectos financiados no âmbito do 10º FED.

TABELA 3 PROGRESSOS REGISTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS NO QUADRO DO 10º FED

Nº	Designação do Projecto	Duração	Valor alocado (em milhões de euros)	Resumo dos avanços alcançados
1	Apoio à Integração Económica Regional (REIS)	2013-2017	20.000.000	Acordo de Contribuição (AC) assinado em Março de 2013. Execução a progredir de forma satisfatória
2	Cooperação Política Regional	2013-2017	18.000.000	Acordo de Contribuição (AC) assinado em Dezembro de 2012. Implementação em curso
3	Fundo de Apoio às Actividades Relacionadas com o Comércio.	2014-2019		Acordo de Contribuição assinado em Julho de 2014 Os Projectos estão na fase de arranque.
4	Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos da SADC	2013-2017	12.000.000	AC assinado em Dezembro de 2013 A execução arrancou
5	Programa de Capacitação Institucional	2013-2015	12.000.000	AF assinado em Novembro de 2012 Execução em curso
6	Fundo de Cooperação Técnica 1 (TCF I)	2011-2015	6.000.000	Acordo de Financiamento (AF) assinado em Janeiro de 2011; Execução concluída
7	Fundo de Cooperação Técnica 1 (TCF I)	2011-2015	6.000.000	Acordo de Financiamento (AF) assinado em Janeiro de 2011; Execução concluída
8	MESA	2012-2017	5.000.000	AF assinado em Fevereiro de 2012 Implementação em curso, através da CUA
9	Iniciativa de Energia Sustentável para Todos (SE4ALL)	2014-2018	32.000.000	Gerido directamente pela UE em Bruxelas
10	Apoio ao Centro Técnico Regional Africano	2013-2016	5.000.000	AF assinado em Abril de 2013 AC com o FMI assinado em Julho de 2013 Implementação em curso, através do FMI
	Total		116.000.000	

Programação do 11º FED

175. O processo consultivo no quadro da programação do 11º FED culminou com a conclusão e com a assinatura de um Programa Indicativo Regional (PIR) Conjunto das Organizações Regionais da África Austral, da África Oriental e do Oceano Índico (EA-SA-IO), designadamente, COMESA, CAO, IGAD, IOC e SADC. O PIR Conjunto para a região da EA-SA-IO foi assinado a 4 de Junho de 2015, em Bruxelas, Bélgica, tendo sido rubricado pela Secretária Executiva em nome da SADC.
176. Os sectores fulcrais definidos no âmbito do 11º FED compreendem: (i) Paz, Segurança e Estabilidade Regional, (ii) Integração Económica Regional; e (iii) Gestão dos Recursos Naturais Regionais. Ao Programa Indicativo Regional da EA-SA-IO, financiado no âmbito do 11º FED, foi atribuído um valor de 1.332 mil milhões de euros.
177. O valor de 1.332 mil milhões de euros é atribuído do seguinte modo:
1. Pacote sub-regional: 450 milhões de euros
 2. Dotação para o financiamento de infra-estruturas: 600 milhões de euros
 3. Outros projectos regionais transfronteiriços: 205 milhões de euros
 4. Fundo de Cooperação Técnica (TCF): 15 milhões de euros
 5. Reserva: 62 milhões de euros
178. Dos 450 milhões de euros para o pacote sub-regional, foi atribuído à SADC um valor de 90 milhões de euros, sendo que o saldo remanescente vai para as outras CER (COMESA, CAO, IGAD e IOC).
179. A Tabela 4 apresenta a lista completa dos projectos constantes do pacote subsidiário da SADC calculado em 90 milhões de euros.

TABELA 4 LISTA DE PROJECTOS DA SADC NO VALOR DE 90 MILHÕES DE EUROS

Área/Sector Prioritária	Objectivos Específicos	Afectação (em milhões de euros)
Paz, Segurança e Estabilidade Regional	Reforçar a infra-estrutura para a paz, segurança e estabilidade regional	5
	Promover a estabilidade regional por via do aumento do respeito pela primazia da lei e do reforço da segurança pública em toda a Região da SADC	10
Integração Económica Regional	Apoiar a consolidação da Zona de Comércio Livre (ZCL) da SADC e a implementação do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a SADC e a UE.	15
	Apoiar a industrialização e os sectores de produção	18
	Apoiar o investimento intra-regional e o investimento directo estrangeiro, através da melhoria do ambiente de negócios e de investimento	14
Gestão regional de recursos naturais	Operacionalizar a Política Agrícola Regional (PAR) da SADC	9
Capacitação Institucional Transversal	Reforçar a capacidade do Secretariado da SADC para harmonizar políticas e estratégias; e para coordenar, monitorizar e avaliar a implementação do RISDP e do SIPO	7
	Reforçar os elos de ligação nacionais e regionais	7
	Fundo de Cooperação Técnica (TCF)	5
Total		90

180. O apoio conjunto para as infra-estruturas da EA-SA-IO, avaliado em 600 milhões de euros complementar o apoio definido para o sector de Integração Económica Regional através de projectos de infra-estruturas materiais e imateriais, tal como descritas na Tabela 5.

TABELA 5 APOIO CONJUNTO PARA AS INFRA-ESTRUTURAS DA EA-SA-IO, AVALIADO EM 600 MILHÕES DE EUROS

Área Prioritária	Objectivos Específicos	Afectação (em milhões de euros)
Integração Económica Regional	Projectos de infra-estruturas materiais que visam melhorar a conectividade e a eficiência das redes de infra-estruturas regionais	525
	Projectos de infra-estruturas imateriais que visam criar um ambiente favorável melhorado, por exemplo, um quadro estratégico e regulador propício para suportar e maximizar o aproveitamento das infra-estruturas físicas, particularmente nos domínios do transporte, energia, TIC e recursos hídricos.	40
	Desenvolver a capacidade das infra-estruturas	35
Total		600

181. A Tabela 6 apresenta o resumo das acções definidas no âmbito do pacote trans-regional de 205 milhões de euros.

TABELA 6 OUTRAS ÁREAS DE APOIO, AVALIADAS EM 205 MILHÕES DE EUROS

Área Prioritária	Objectivos/Acções Específicas	Afectação (em milhões de euros)
Paz, Segurança e Estabilidade Regional	Paz e segurança na Região dos Grandes Lagos	30
	Migração	25
	Segurança e protecção marítimas	30
Integração Económica Regional	<i>Implementação dos Acordos de Parceria Económica interinos entre a UE e a África Austral/África Oriental</i>	40
Gestão regional de recursos naturais	Gerir as bacias hidrográficas transfronteiriças	20
	Reforçar a contribuição da pesca sustentável para a economia azul	30
	Conservação da Vida Selvagem	30
Total		205

182. O Secretariado da SADC, em colaboração com a União Europeia, iniciou o processo de identificação e formulação de projectos a serem financiados no âmbito do 11º FED. A implementação dos projectos arranca em 2016 para alguns projectos, em consonância com o Plano de Acção Anual de programação preliminar acordado com a União Europeia, que se encontra em anexo ao Programa Indicativo Regional.

B. DIÁLOGO POLÍTICO ENTRE A SADC E A UNIÃO EUROPEIA

183. A 2ª Reunião dos Altos Funcionários (SOM) no quadro do Diálogo Político SADC/UE teve lugar na sede da SADC em Gaborone, Botswana, a 7 de Julho de 2015. A reunião tinha como objectivo dar prosseguimento aos debates de preparação para o Diálogo Político Ministerial SADC-UE a ter lugar em Outubro de 2015.

184. A reunião dos Altos Funcionários foi co-presidida por Sua Excelência o Embaixador James Manzou, Director do Departamento dos Assuntos de Cooperação e Integração Regionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Zimbabwe e por Sua Excelência Koen Vervaeke, Director dos Serviços de Acção Externa da União Europeia (EEAS) para a África Austral, África Oriental, Oceano Índico e Corno de África e Coordenador Sénior para a Região dos Grandes Lagos.
185. Dentre outros assuntos debatidos na reunião, as duas partes apresentaram um informe sobre os acontecimentos de carácter económico e político ocorridos tanto na Região da SADC como na União Europeia, bem como sobre a integração regional. A reunião serviu igualmente de plataforma de partilha de pontos de vista sobre outras questões de interesse, incluindo a migração, a situação dos Acordos de Parceria Económica (APE), a programação de recursos no âmbito do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento e investimento.
186. Como prática, a Dupla Troika e o Secretariado da SADC convocam uma reunião para preparar a posição da SADC sobre questões referentes a todos os pontos constantes da agenda de Diálogo Político SADC-UE. Neste contexto, os Altos Funcionários da Dupla Troika e do Secretariado da SADC reuniram-se a 6 de Julho de 2015, com o objectivo de preparar a Reunião dos Altos Funcionários.
187. O Diálogo Ministerial entre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Europeia (UE) foi criado em 1994, durante a Conferência Ministerial da SADC-UE, realizada em Berlim, Alemanha, em Setembro de 1994, onde foi adoptada a Declaração de Berlim. Este Diálogo (a Iniciativa de Berlim) é operacionalizado através de reuniões ministeriais realizadas de dois em dois anos, precedidas por uma reunião dos Altos Funcionários de ambas as partes em preparação da reunião Ministerial. A última Reunião Ministerial do Diálogo Ministerial SADC - UE no quadro da Iniciativa de Berlim teve lugar em Março de 2013, em Maputo, Moçambique. A próxima reunião Ministerial do Diálogo Ministerial SADC - UE será organizada pela região da UE.
188. [...]

C. COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A ALEMANHA

189. A República Federal da Alemanha continuou a prestar apoio para a implementação dos programas prioritários da SADC, no quadro da cooperação financeira e técnica, sobretudo através da KfW e da GIZ.
190. As consultas de alto nível entre a SADC e a República Federal da Alemanha tiveram lugar de 25 a 26 de Novembro de 2014, em Gaborone, Botswana, em preparação das consultas bilaterais a terem lugar em Julho de 2015. As principais áreas de cooperação entre a SADC e Alemanha são:
- (i) Integração Económica Regional;
 - (ii) Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços;
 - (iii) Paz, Segurança e Boa Governança;
 - (iv) Aproveitamento e Protecção dos Recursos Naturais Transfronteiriços e Resiliência às Alterações Climáticas; e
 - (v) Desenvolvimento da Capacidade Organizacional da SADC.
191. A situação das autorizações e desembolsos efectuados para programas no âmbito da Cooperação entre a SADC e a Alemanha é apresentada na Tabela 7 que se segue.

TABELA 7 COMPROMISSOS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO SADC-ALEMANHA EM 2014 E 2015

Projecto/Programa	CF / CT	Referência do Projecto BMZ	Autorizações efectuadas em 2014, em Euros	Autorizações efectuadas em 2015, em euros	Fundos reprogramados em euros	Total em euros	Reafecção Sim/Não	Continuação Sim/Não	Instrumento de CF
Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços									
Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços na SADC	CT	2015.2076.6		6 Milhões		6 Milhões	Nº	Sim	
Fundo Regional de Abastecimento de Água e Saneamento Básico II	FC	2014.6819.8	5 Milhões			5 Milhões		Sim	Subsídio
<i>Subtotal: Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços</i>			5 Milhões	6 Milhões		11 Milhões			
Integração Económica Regional									
Fortalecimento de Infra-estruturas de Controlo da Qualidade visando o Reforço do Comércio e a Protecção do Consumidor na SADC	CT	-		1,5 Milhões		1,5 Milhões	Nº	Sim	
Reforço da Capacidade Económica e Política Comercial e Competência na SADC	CT	2015.2077.4		4,5 Milhões		4,5 Milhões	Nº	Sim	
Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos	FC	2004.7045.0			6 Milhões		Sim	Sim	Subsídio
<i>Integração Económica Regional</i>				6 Milhões		6 Milhões			
Aproveitamento e Protecção dos Recursos Naturais Transfronteiriços e Resiliência às Alterações Climáticas									
Aproveitamento e Protecção dos Recursos Naturais Transfronteiriços na Região da SADC	TZ	2014.2453.0	8 Milhões		95,000 (2014)	8 Milhões	Sim	Sim	
Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo IV	FC	2014.6874.3	10 Milhões			10 Milhões			

Projecto/Programa	CF / CT	Referência do Projecto BMZ	Autorizações efectuadas em 2014, em Euros	Autorizações efectuadas em 2015, em euros	Fundos reprogramados em euros	Total em euros	Reafecção Sim/Não	Continuação Sim/Não	Instrumento de CF
<i>Subtotal - Aproveitamento e Protecção dos Recursos Naturais Transfronteiriços e Resiliência às Alterações Climáticas</i>			<i>18 Milhões</i>			<i>18 Milhões</i>			

D. COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A RÚSSIA

192. Embora a Federação Russa tenha cooperado continuamente com os Estados-Membros da SADC no âmbito da cooperação bilateral, a nível regional, a relação entre a SADC e a Federação Russa é regida pelo Memorando de Entendimento (MdE) celebrado entre a SADC e o Governo da Federação Russa. Em Setembro de 2014, foi realizada uma Reunião Conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da SADC e da Federação Russa em Nova Iorque, Estados Unidos da América, à margem da 69ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. As duas partes acordaram quanto à revisão do MdE existente para revitalizar e consolidar a cooperação.
193. Um projecto de MdE entre a SADC e a Rússia foi elaborado, cujas consultas estão em curso para a finalização do MdE revisto. A Secretária Executiva da SADC realizou uma missão a Moscovo, de 11 a 12 de Fevereiro de 2015, com o objectivo de encetar mais consultas com o Governo da Federação Russa sobre o caminho a seguir na operacionalização da parceria entre a SADC e a Federação Russa.

[...]

E. COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO MUNDIAL

194. O Banco Mundial continuou a prestar apoio na implementação de programas da SADC, sobretudo através de apoio aos Estados-Membros da SADC, individualmente, no quadro da cooperação bilateral e a nível regional no quadro da cooperação com o Secretariado da SADC.
195. O principal apoio prestado actualmente ao Secretariado da SADC inscreve-se no quadro de um subsídio do Banco Mundial de 3,9 milhões de dólares norte-americanos para facilitar a integração do Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) nos programas da SADC, assim como o apoio para o Sector das Águas. Este programa apoia o desenvolvimento de capacidades no seio do Secretariado da SADC e dos Estados-Membros no quadro dos processos do CAADP, assim como apoia actividades destinadas a reforçar o crescimento económico baseado na agricultura na Região através da formulação e harmonização de políticas e da implementação de estratégias.
196. Durante o período em análise, o Secretariado da SADC e o Banco Mundial realizaram consultas a 5 de Novembro de 2014, em Gaborone, Botswana, e a 17 de Abril de 2015, em Washington D.C., com o objectivo de discutir aspectos relacionados com a colaboração no que concerne às principais prioridades, de modo a reforçar a cooperação entre a SADC e o Banco Mundial no âmbito da agenda de integração regional. Em conformidade com o RISDP Revisto, os principais aspectos de colaboração foram identificados, de modo a incluir a industrialização, o desenvolvimento de infra-estruturas, os parâmetros de avaliação de resultados, bem como a agricultura, meio ambiente e recursos naturais. No quadro da integração regional, foi elaborado um plano de trabalho sobre a colaboração, com o objectivo de traçar o rumo a seguir em cada uma das áreas de colaboração. Foram encetadas igualmente consultas para desenvolver um quadro de cooperação.

F. COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A USAID

197. A USAID presta apoio no quadro da implementação de programas da SADC, sobretudo para programas implementados a nível nacional em cada Estado-Membro da SADC.
198. Em 2013, o Secretariado da SADC e a USAID assinaram um acordo de subvenção num valor total estimado em 700,257,989 de dólares norte-americanos, que é disponibilizado em parcelas durante o período compreendido entre Outubro de 2013 e Setembro de 2018. Os programas apoiados enquadram-se nas principais áreas de cooperação que incluem crescimento económico, agricultura e segurança alimentar, meio ambiente, VIH e SIDA, e juventude.
199. É de salientar que o mecanismo principal da USAID na disponibilização de recursos para os programas da SADC a nível regional é feito com base nos recursos do Canal II, em que grande parte dos recursos é canalizada para agências executoras seleccionadas. As actividades ligadas aos programas são implementadas nos Estados-Membros da SADC através de agências executoras.

G. PLATAFORMA DE DIÁLOGO ENTRE A SADC E OS PCI

200. A cooperação entre a SADC e os Parceiros de Cooperação Internacionais é regida pela Declaração de Windhoek, de 2006, sobre a Nova Parceria entre a SADC e os PCI no quadro da implementação de programas prioritários da SADC definidos no RISDP e no SIPO. A Declaração de Windhoek estabelece que a estrutura de diálogo entre a SADC e os PCI tem dois níveis, isto é, o diálogo ocorre a nível da Plataforma de Diálogo SADC/PCI e ao nível da Coordenação dos Grupos Temáticos.
201. Em 2014, foram organizadas duas reuniões no quadro da Plataforma de Diálogo SADC/PCI, tendo sido realizada a segunda reunião a 4 de Dezembro de 2014, em Gaborone. A reunião proporcionou um fórum para a SADC apresentar o estágio do processo de revisão do RISDP e de elaboração da Estratégia de Industrialização da SADC e para os Parceiros de Cooperação Internacionais fornecerem contributos para o processo. A reunião adoptou os seguintes documentos elaborados na sequência do processo de revisão da Declaração de Windhoek que teve lugar em 2013.
- (i) A Declaração de Parceria SADC- PCI, cujo objectivo é reafirmar o compromisso assumido pela SADC e pelos Parceiros de Cooperação Internacionais de continuar a trabalhar juntos para a consecução da Agenda Comum da SADC;
 - (ii) Os Termos de Referência Genéricos da estrutura de diálogo SADC/PCI visam orientar a coordenação geral e o funcionamento da Plataforma de Diálogo e dos Grupos Temáticos SADC/PCI.
 - (iii) O Plano de Acção Indicativo da Declaração de Windhoek tem como objectivo específico concretizar o compromisso assumido entre a SADC e os PCI para com um diálogo de parceria efectivo com base na Declaração de Windhoek, na Política de SPME da SADC, na Estratégia de Médio Prazo da SADC, na Estratégia de Mobilização de Recursos (RMS) da SADC e respectivo Plano, e na Declaração de Parceria SADC-PCI (DPSP).

202. A próxima reunião no quadro da Plataforma de Diálogo SADC/PCI será realizada no segundo trimestre de 2015.

203. [...]

VII. GESTÃO DE MUDANÇAS

A. BOA GOVERNAÇÃO

204. A boa governação continuou a estar no topo da agenda da Secretária Executiva. Durante o exercício de 2014/15, a Secretária Executiva implementou as estratégias, que tinham como objectivo reforçar os mecanismos de controlo internos. Além disso, melhorou os processos de governação e os sistemas de gestão, assegurando que todas as recomendações dos Relatórios do Conselho de Auditoria, da Avaliação Institucional, da Auditoria Interna, do Comité de Auditoria e do Grupo de Trabalho sobre os Mecanismos de Controlo Internos fossem abordadas de forma adequada e abrangente e em tempo útil. Estes esforços garantem que a gestão no Secretariado respeite as normas e as melhores práticas internacionais de boa governação, transparência e responsabilização, em particular no que respeita à utilização dos recursos providenciados pelos Estados-Membros e pelos Parceiros de Cooperação Internacionais.

SAÚDE ORGANIZACIONAL E GESTÃO DE MUDANÇAS

205. Durante o período em análise, a Secretária Executiva iniciou, de igual modo, iniciativas de gestão de mudanças, com o objectivo de assegurar a mudança de comportamento dentro do Secretariado, que irá reforçar a eficácia e a eficiência deste na execução do seu mandato. O processo de gestão de mudanças é um processo em curso e visa essencialmente gerar um impacto positivo nos processos de governação do Secretariado.

206. Mais especificamente, realizou-se uma Avaliação da Saúde Organizacional para estabelecer uma linha de base e identificar as principais causas para uma saúde deficiente no Secretariado, e os principais resultados alcançados até à presente data são:

- i) um projecto de relatório da avaliação, que descreve pormenorizadamente:
 - a) as eficiências dos sistemas e processuais;
 - b) a competência e capacidade;
 - c) a política e funcionalidade processual; e
 - d) os sistemas de conformidade e gestão;
- ii) as atitudes dos funcionários para com as mudanças no âmbito do quadro da Avaliação da Cultura Organizacional, que inclui o uso de um inquérito, grupos de reflexão e entrevistas para a recolha de informações. O inquérito foi realizado para avaliar as percepções do pessoal relativamente ao bem-estar organizacional. Foram propostas estratégias para melhorar o bem-estar do pessoal, práticas de gestão participativas e melhorar a saúde organizacional; e
- iii) um roteiro para apoiar um processo de transformação ao nível da organização e uma melhor prestação de contas.

GESTÃO DE RISCOS

207. A Secretária Executiva, através do Comité de Auditoria e de Gestão de Riscos, continuou a demonstrar o seu compromisso para com a integração da gestão de riscos na cultura, nos processos e nas estruturas organizacionais, com o objectivo de garantir uma gestão proactiva das potenciais oportunidades e efeitos adversos de riscos significativos enfrentados pelo Secretariado.
208. Para esse efeito, registaram-se progressos significativos nesta área, sobretudo na operacionalização da Política de Gestão de Riscos da SADC. Durante o período em análise, foram concretizados os seguintes resultados intermédios: Procedimento e Execução da Gestão de Riscos; Estratégia de Gestão de Riscos, Directrizes para a Gestão de Riscos; e Modelo de Livro de Registo de Riscos. Foram elaborados livros de registo de riscos estratégicos e operacionais e indicadas as acções necessárias para fazer face aos riscos pelas respectivas unidades orgânicas.
209. Foram realizadas igualmente outras actividades como parte da gestão de riscos. O Secretariado iniciou o processo de elaboração de um plano de continuidade das actividades. Com a execução plena desses instrumentos, o Secretariado criará uma base organizacional com uma capacidade de resposta efectiva que salvaguarde os interesses dos Estados-Membros e de outros intervenientes-chave, a sua reputação e as actividades de criação de valor.

AUDITORIA

210. O Secretariado continuou a prestar apoio ao Comité de Auditoria, criado pelo Conselho, com a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento dos regulamentos financeiros e dos quadros regulamentares, bem como a transparência, a responsabilização e a governação institucional. Do igual modo, foi prestado apoio ao Grupo de Trabalho sobre o Reforço dos Mecanismos de Controlo Internos, criado pelo Conselho de Ministros, durante a sua sessão de Agosto de 2014, para assegurar o exercício das suas funções no âmbito do mandato que lhe foi conferido pelo Conselho. O Comité de Auditoria e o Grupo de Trabalho realizaram as suas reuniões em consonância com os Termos de Referência e com os respectivos planos.
211. Com a implementação das recomendações emanadas das auditorias externas, internas e institucionais e da avaliação institucional, registaram-se melhorias significativas nos sistemas de gestão do Secretariado e sobretudo no reforço do ambiente de controlo interno.
212. A Secretária Executiva continua empenhada em criar um ambiente favorável de modo a prestar apoio a todas as estruturas responsáveis pela supervisão e governação do Secretariado, com o objectivo de assegurar o respeito dos princípios de governação na gestão das actividades do Secretariado.

VIII. ORÇAMENTO E FINANÇAS

213. As demonstrações financeiras do Secretariado referentes ao exercício findo em 31 de Março de 2015 foram, pela primeira vez, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS). Durante o exercício financeiro de 2013/14 e exercícios anteriores, as demonstrações financeiras do Secretariado da SADC foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IAS/IFRS). A adopção das IPSAS exigia uma revisão holística dos processos das actividades Secretariado da SADC e da gestão de iniciativas de mudança organizacional significativas, envolvendo tanto os intervenientes internos como os externos. Mais especificamente, o Secretariado da SADC formulou e adoptou novas políticas e planos contabilísticos para implementar várias mudanças no sistema e nas ferramentas de relato, destinadas a reflectir novos e melhores dados sobre gestão.
214. Outros reajustes necessários na estrutura orgânica e no quadro do pessoal terão como base o próximo alinhamento da estrutura orgânica do Secretariado da SADC com o RISDP Revisto para 2015-2020 o SIPO, de modo a garantir a observância dos regulamentos financeiros e administrativos, ordens administrativas e regras de gestão das actividades da SADC. Tendo em conta que as IPSAS evoluem ao longo do tempo, o Secretariado da SADC monitorizará estas mudanças, com o objectivo de assegurar que a instituição continue a respeitar as melhores práticas internacionais e a beneficiar da sua implementação, acções que exigirão mais investimentos no futuro.
215. As normas de relato e a transição para uma contabilidade de exercício integral à luz das IPSAS resultaram em mudanças significativas nas políticas de contabilidade e, em particular, no tipo de mensuração de receitas, despesas, activos e passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras.
216. As receitas provenientes das contribuições voluntárias são denominadas como transacções não cambiais. Essas contribuições são registadas como receitas quando o dinheiro é recebido sem acordo de financiamento e/ou acumulado no âmbito de um acordo, contanto que tenham sido preenchidas todas as condições necessárias.
217. O Secretariado da SADC também recebe receitas dos encargos decorrentes das despesas gerais institucionais, vendas de activos e serviços de investimento. Estas receitas são designadas transacções cambiais e são registadas quando os bens ou serviços são fornecidos ou prestados pelo Secretariado da SADC.
218. As despesas são registadas nas demonstrações financeiras somente, aquando da entrega de bens ou prestação de serviços após a aceitação destes pelo Secretariado e não no acto do compromisso. Contudo, os compromissos são divulgados numa nota inserida no Projecto de Demonstrações Financeiras.
219. As demonstrações financeiras do Secretariado da SADC, ao abrigo das IPSAS, compreendem neste momento, cinco demonstrações: desempenho financeiro; posição financeira; mudanças de activos líquidos; fluxo de caixa; e comparação entre valores orçamentados e reais
220. O orçamento do Secretariado da SADC continua a ser apresentado com base num método de contabilidade de caixa modificado. Tendo em conta que o método de contabilidade do orçamento é diferente da base de contabilidade de exercício aplicada

nas demonstrações financeiras, é feita a reconciliação entre as despesas orçamentais, que inclui a receita e a despesa de capital, bem como as despesas contabilizadas.

Análise das Receitas

221. O total de receitas do SS em 2014/15 foi de US\$68,5 milhões, dos quais USD67,6 milhões, ou 98,7 por cento, tiveram origem em contribuições e USD0,9 milhões, ou 1,3 por cento, tiveram como proveniência receitas cambiais, como descrito na Tabela 8.

TABELA 8 NATUREZA DAS RECEITAS DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014/15

Natureza de receitas	2015	Ajustado a 2014	Percentagem		Diferença
			2015	2014	
Receitas decorrentes de transacções não-cambiais	67.556.522	74.837.284	98,7%	100,0%	-9,7%
<i>Contribuições dos Estados-Membros</i>	35.364.657	34.107.919	51,6%	45,6%	3,7%
<i>Contribuições dos Parceiros de Desenvolvimento</i>	32.191.865	38.860.795	47,0%	51,9%	-17,2%
<i>Receitas de Subvenções</i>	-	1.868.570	0,0%	2,5%	-100,0%
Receitas decorrentes de transacções cambiais	923.902	17.061	1,3%	0,0%	5315,3%
<i>Outras receitas</i>	881.967	17.016	1,3%	0,0%	5083,2%
<i>Rendimentos financeiros</i>	41.935	45	0,1%	0,0%	93089,0%
Receitas totais	68.480.423	74.854.345	100,0%	100,0%	-8,5%

Análisedas Despesas

222. O total das despesas do SS em 2014/15 foi de USD61,3 milhões, uma redução de 15,7% face ao exercício financeiro de 2013/14.. Considerando que o mandato do SS consiste em facilitar e coordenar a planificação estratégica, a assessoria e advocacia em matéria de políticas, a mobilização de recursos e o apoio técnico aos Estados-Membros e outros parceiros de execução, a maior rubrica da despesa em 2014/15 foi a relacionada com os custos com o pessoal no montante de USD16,4 milhões, isto é, 26.7 por cento.
223. As percentagens e as alterações verificadas nas despesas durante o exercício de 2014/15 em relação ao exercício financeiro de 2013/14 estão ilustradas na Tabela 9.

TABELA 9 ANÁLISE DA DESPESA DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014/15

Despesa	2015	Ajustada 2014	Proporção		Diferença
			2015	2014	
Despesas operacionais			42,3%	38,0%	-4,9%
<i>Despesa com o Pessoal</i>	26.089.302	27.425.124	28,7%	23,1%	6,2%
<i>Transporte, ajudas de custo e conferências</i>	17.713.847	16.682.254	2,2%	1,7%	7,5%
<i>Despesas de locação</i>	1.336.450	1.243.541	0,6%	0,6%	-12,0%
<i>Rendas contingentes em relação aos contratos de locação financeira</i>	351.232	399.199	0,8%	0,5%	28,9%
<i>Despesas gerais e material de escritório</i>	489.926	380.033	3,5%	2,7%	13,2%
	2.186.029	1.930.697			

<i>Comunicações</i>			0,5%	0,4%	3,8%
	313.882	302.422			
<i>Honorários pagos pelos serviços de auditoria</i>	229.178	264.688	0,4%	0,4%	-13,4%
<i>Provisões para incobráveis</i>	-	1.604.000	0,0%	2,2%	-100,0%
<i>Depreciação</i>	1.393.074	2.262.024	2,3%	3,1%	-38,4%
<i>Custos financeiros</i>	2.075.684	2.356.266	3,4%	3,3%	-11,9%
<i>Despesas com Programas</i>	35.643.914	44.711.660	57,7%	62,0%	-20,3%
<i>Rubrica financiada pelos Estados-Membros</i>	3.822.525	5.856.384	6,2%	8,1%	-34,7%
<i>Rubrica financiada pelos Parceiros de Desenvolvimento</i>	31.821.389	38.855.276	51,5%	53,9%	-18,1%
<i>Despesas totais</i>	61.733.216	72.136.784	100,0%	100,0%	-14,4%

Excedentários registados durante o período do exercício (total de receitas, deduzidas as despesas totais)

224. Durante o período de Março de 2015, foi reconhecido um excedente de exploração de 6,9 milhões de dólares norte-americanos em comparação com 2,2 milhões registados durante o exercício de 2013/14. O excedente registado durante o exercício financeiro de 2014/15 é atribuído ao seguinte:

- Caixa: USD 5.074.879
 - ⇒ Tribunal da SADC: 55,132 de USD
 - ⇒ RPTC da SADC: 139,996 de USD
 - ⇒ Custos com o pessoal e programas de trabalho: USD 3.234.544
 - ⇒ Receitas imprevistas (Madagáscar): USD 1.645.207
- Não caixa (atribuída a normas internacionais de contabilidade): USD 1.874.828
 - ⇒ Sede da SADC 2,073,606 de USD
 - ⇒ Despesas de capital (Estados-Membros) 579,385 de USD
 - ⇒ Despesas de capital (PCI) 370,476 de USD
 - ⇒ Depreciação (1,393,074 de USD)
 - ⇒ Benefícios (trocas cambiais e alienação de activos) 244,435 de USD

225. As principais questões relativas ao excedente de tesouraria são as seguintes:

- Fluxo de caixa positivo de 533,129 dólares norte-americanos, sendo que as operações deste órgão cessaram com a rescisão dos contratos de todos os

funcionários em Agosto de 2014.

- RPTC da SADC: Fluxos de caixa positivos de 250.636 dólares americanos, numa altura em que a propriedade estava a ser submetida a obras de renovação.
- Despesas com o pessoal e planos de actividades afins: fluxos de caixa positivo de 3,234,544 dólares americanos devido a processos de recrutamento morosos.
- As receitas provenientes de Madagáscar relativas à Sede da SADC e ao Projecto de Combate ao VIH e SIDA não fazem parte das contribuições dos Estados-Membros a respeito do exercício financeiro de 2014/15.

226. O excedente registado durante o exercício financeiro de 2014/15 é atribuído ao seguinte:

Caixa:	USD 5.074.879
Tribunal da SADC:	55,132 de USD
RPTC da SADC:	139,996 de USD
Custos com o pessoal e programas de trabalho:	USD
3.234.544	
Receitas imprevistas (Madagáscar):	USD 1.645.207
Não caixa (atribuída a normas internacionais de contabilidade):	
USD 1.874.828	
Sede da SADC	USD 2.073.606
Despesas de capitais (Estados-Membros)	USD 579.385
Despesas de capital (PCI)	370,476 de USD
Depreciação Ganhos (trocas cambiais e alienação de activos)	USD
244.435	

227. As principais questões relativas ao excedente de tesouraria são as seguintes:

Fluxo de caixa positivo de 533,129 dólares norte-americanos, sendo que as operações deste órgão cessaram com a rescisão dos contratos de todos os funcionários em Agosto de 2014.

RPTC da SADC: Fluxos de caixa positivos de 250.636 dólares americanos, numa altura em que a propriedade estava a ser submetida a obras de renovação.

Despesas com o pessoal e planos de actividades afins: fluxos de caixa positivo de 3,234,544 dólares americanos devido a processos de recrutamento morosos.

As receitas provenientes de Madagáscar relativas à Sede da SADC e ao Projecto de Combate ao VIH e SIDA não fazem parte das contribuições dos Estados-Membros a respeito do exercício financeiro de 2014/15.

228. As taxas de execução orçamental referentes ao exercício financeiro de 2014/15 estão indicadas na Tabela 10.

TABELA 10 TAXAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014/15

Despesa	Inicial 2015	Orçamento final ajustado 2015	Real 2015	Utilização 2015
Actividades de Apoio aos Programas	58.014.000	45.077.637		79,4%
<i>Rubrica financiada pelos Estados-Membros</i>	4.818.000	6.038.114	35.792.532	61,2%
<i>Rubrica financiada pelos Parceiros de Desenvolvimento</i>	53.196.000	39.039.523	3.694.669	82,2%
			32.097.863	
Actividades de Apoio	11.908.000	12.463.796		78,1%
<i>Actividades de Apoio financiadas pelos Estados-Membros</i>	5.158.000	5.523.796	9.730.033	87,7%
<i>Despesas de capital financiadas pelos Estados-Membros</i>	5.742.000	5.932.000	4.844.669	82,4%
<i>Rubrica financiada pelos Parceiros de Desenvolvimento</i>	1.008.000	1.008.000	4.885.364	0,0%
Actividades relativas a despesas com o pessoal	19.421.000	19.421.000		91,2%
<i>Despesas com o Pessoal afecto aos Programas financiadas pelos Estados-Membros</i>	10.300.000	10.300.000	17.713.847	84,0%
<i>Despesas com o Pessoal de Apoio financiadas pelos Estados-Membros</i>	9.121.000	9.121.000	8.655.016	99,3%
			9.058.831	
Total	89.343.000	76.962.433	63.236.412	82,2%

229. As principais questões a notar sobre a execução orçamental em 2014/15 são as seguintes:

- (1) Actividades de apoio aos programas: A execução orçamental na ordem de 79,4% é contabilizada da seguinte forma:
- (a) Fundos dos Estados-Membros: A execução orçamental na ordem de 61,2% foi alcançada pelas seguintes razões:
- ⇒ o Tribunal da SADC não realizou qualquer actividade, tendo os últimos quadros desta instituição cessado as suas funções em Agosto de 2014;
 - ⇒ um número de postos orçamentados para o exercício de 2014/15 não foram preenchidos;
 - ⇒ foram registadas poupanças quanto às actividades relacionadas com as deslocações respeitantes a todos os programas, o que reflecte uma melhoria na relação custo-benefício;
 - ⇒ os parceiros de execução de programas transfronteiriços de combate ao VIH e SIDA ainda não submeteram os seus relatórios obrigatórios, que concorrerão para o reaprovisionamento das suas contas; e
 - ⇒ ajuste das questões acima referidas, o que resultou no baixo nível de execução orçamental, tendo todas as rubricas orçamentais reflectido uma execução orçamental superior a 80 por cento, que é uma meta do Secretariado da SADC.

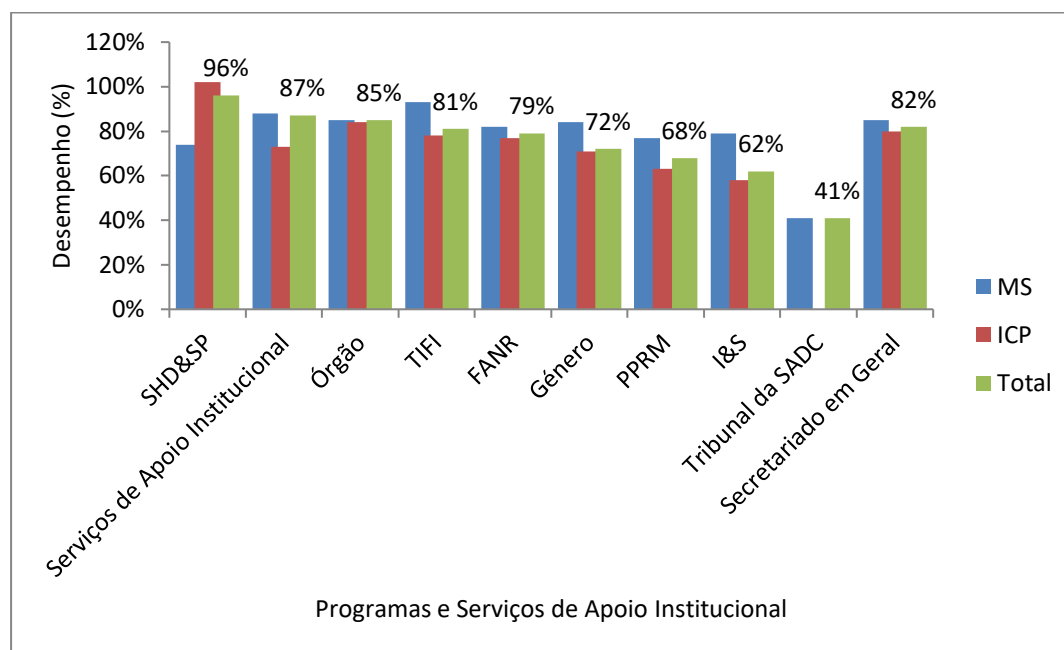
- (b) Em relação aos projectos financiados pelos Parceiros de Desenvolvimento, a taxa de utilização orçamental de 82,2 por cento é contabilizada do seguinte modo:
- ⇒ registaram-se atrasos na reposição de verbas para os projectos;
 - ⇒ continuam a registar-se grandes atrasos na contratação pública para os projectos;
 - ⇒ os parceiros de execução de programas transfronteiriços de combate ao VIH e SIDA ainda não submeteram os seus relatórios obrigatórios, que concorrerão para o reaprovisionamento das suas contas; e
 - ⇒ ajuste das questões acima referidas, o que resultou no baixo nível de execução orçamental, tendo todas as rubricas orçamentais reflectido uma execução orçamental superior a 80 por cento, que é uma meta do Secretariado da SADC.

(2) Actividades de apoio aos programas: A taxa de execução orçamental na ordem de 78,1 por cento deve-se ao seguinte:

- ⇒ os encargos unitários da Sede da SADC foram significativamente inferiores aos orçamentados para o exercício de 2014/15; e
- ⇒ um número de postos orçamentados para o exercício financeiro de 2014/15 não foi preenchido, incluindo aqueles que ficaram vagos durante o exercício. Na sequência da conclusão da Revisão do RISDP, estes postos serão agora preenchidos.

230. A execução geral dos orçamentos do Secretariado para 2014/15 é ainda apresentada de acordo com os vários programas na Figura 7.

FIGURA 7 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL GERAL, DE ABRIL DE 2014 A MARÇO DE 2015



VIII. LIÇÕES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

A. DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES DOS PROGRAMAS

231. Os limitados recursos disponíveis para a implementação dos programas da SADC na área da cooperação e integração regionais sugerem a necessidade de a organização se concentrar em programas prioritários de dimensão e impacto regionais.
232. Para que a SADC se mantenha focada, há necessidade de assegurar que o RISDP Revisto para 2015-2020 e o seu Quadro de Implementação permaneçam no centro do processo de mobilização e afectação de recursos do Secretariado.
233. Importa ainda que, no processo de implementação de programas na área da cooperação e integração regionais, a SADC aplique de forma efectiva os princípios da adicionalidade, subsidiariedade e eficácia. Para tanto, é essencial que haja uma clara divisão de tarefas entre os Estados-Membros e o Secretariado. Neste contexto, melhorias nos sistemas de governação e nos controlos internos são de extrema importância.

234. Um sistema robusto de monitorização e avaliação deve ser também desenvolvido para permitir tanto a monitorização dos objectivos estratégicos da organização como o desempenho dos Estados-Membros e do Secretariado na implementação da agenda regional.

B. REVISÃO INSTITUCIONAL

235. Relativamente ao quadro institucional, importa que, por um lado, a SADC acelere a revisão da estrutura do Secretariado para torná-la mais sensível às actuais necessidades e prioridades da organização. Por outro, a SADC deve assegurar que a coordenação entre os objectivos nacionais e regionais de desenvolvimento sejam os mais efectivos possíveis. Neste contexto, há necessidade de dar seguimento ao desenvolvimento de capacidades e ao reforço das estruturas nacionais encarregadas da coordenação das iniciativas de integração regional.

C. CONCLUSÃO

236. Este Relatório apresenta os principais acontecimentos ocorridos nas principais áreas de cooperação e integração regionais definidas no RISDP.

237. O Relatório mostra que, no geral, o processo de implementação do Plano de 2014/15 conduziu a realizações significativas que são demonstradas pelo facto de que os resultados esperados foram, na sua maioria, integralmente alcançados e outros estavam em vias de ser alcançados e, nesse caso, foram transferidos para os planos operacionais de 2015/16.

238. As realizações conseguidas em 2014/15 foram fruto de um trabalho intensivo realizado em resposta às decisões do Conselho e da Cimeira; e foram tornadas possíveis através do apoio técnico e financeiro dos Estados-Membros e dos ICP.

239. Foram encontrados vários desafios na implementação do Plano de Acção da SADC. No entanto, antevê-se que os referidos desafios sejam resolvidos com as medidas adoptadas. Serão ainda envidados esforços para garantir que as lições colhidas na superação de desafios durante o ano em revista continuarão a ser tidas em conta em acções futuras.

240. No futuro imediato e a longo prazo, os desafios a nível dos recursos humanos serão resolvidos através da actual revisão da Estrutura Orgânica do Secretariado, bem como das Infra-estruturas Institucionais da SADC.

241. No quadro da implementação do RISDP Revisto para 2015-2020, será prestada maior atenção para assegurar um planeamento orientado para resultados e uma monitorização e apresentação de relatórios que valorizem mais os recursos financeiros recebidos dos Estados-Membros e dos ICP para a implementação do Programa de Acção da SADC.



SOBRE A SADC

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma organização fundada e apoiada por países da África Austral que visa promover a cooperação socioeconômica, política e de segurança a nível dos seus membros e fomentar a integração regional, a fim de alcançar a paz, a estabilidade e a riqueza e integra os seguintes Estados-Membros: Angola, Botswana, União das Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

As informações contidas nesta publicação podem ser reproduzidas, utilizadas e partilhadas com pleno conhecimento do Secretariado da SADC.

Southern African Development Community (SADC), SADC House, Plot No. 54385
Central Business District, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel: +267 395 1863, Fax: +267 397 2848/3181070, Website: www.sadc.int
Email: prinfo@sadc.int or registry@sadc.int or webmaster@sadc.int

@2020 SADC Secretariat

